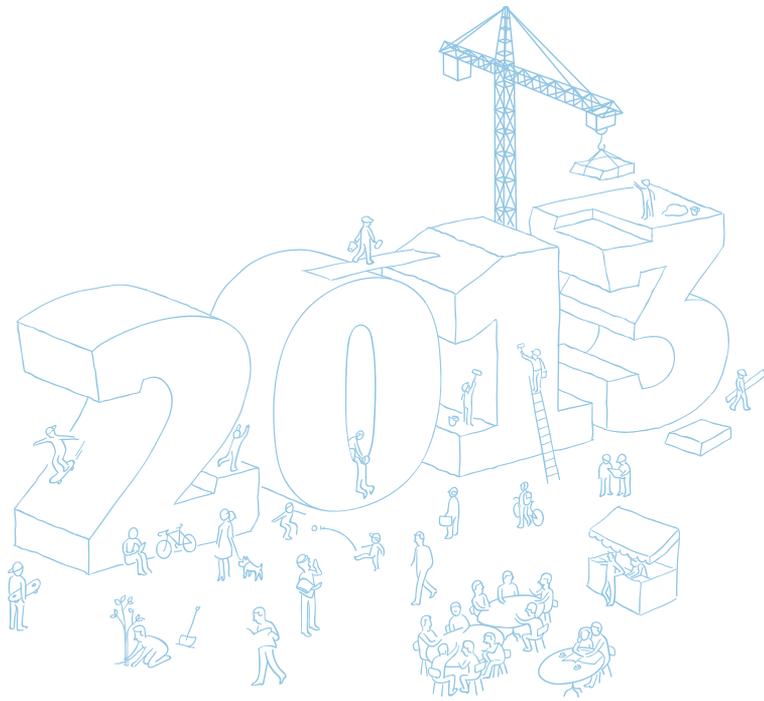


Relatório Anual





Fundação Francisco Manuel dos Santos

Largo Monterroio Mascarenhas, 1 – 8.º

1099-081 Lisboa

NIF: 508 867 380

Telf: 21 001 58 00

ffms@ffms.pt

Título: Fundação Francisco Manuel dos Santos – Relatório Anual 2013

Revisão de texto: Helder Guégués

Design gráfico, ilustrações e paginação: Guidesign

© FFMS, Junho 2014

Impressão: Guide Artes Gráficas, Lda.

Relatório Anual



Índice

Relatório de Actividades

- 9** Introdução
- 12** Orgânica e instalações
- 14** Órgãos sociais: Conselho de Curadores,
Conselho Fiscal e Conselho Científico
- 15** Estatutos, nova Lei das Fundações e utilidade pública
- 18** Projectos permanentes
- 28** Áreas, programas e projectos
- 37** Desenvolvimento de projectos
- 40** Comunicação, difusão e debate
- 42** Protocolos com outras instituições
- 43** Relatório financeiro
- 43** Colaboração com o Fundador
- 43** Perspectivas e programa de actividades

Relatório de Contas

- 48** Balanço
- 49** Demonstração dos resultados por natureza
- 50** Demonstração dos fluxos de caixa (método directo)
- 51** Anexo ao Balanço e à Demonstração
dos resultados por natureza
- 67** Certificação das Contas
- 69** Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Anexos

- 73** Novos estatutos da FFMS
- 79** Carta de Princípios
- 80** Equipa e estruturas da FFMS
- 81** Órgãos sociais 2009-2013
- 82** Órgãos sociais 2013-2017
- 83** Código de Boas Práticas
- 94** Declaração de Utilidade Pública de 2010
- 96** A PORDATA em números, 2013
- 97** PORDATA: Acções de formação
- 97** Portal de Direitos e Deveres do Cidadão
- 98** Bibliografias e Cronologias: Estrutura e Responsáveis
- 98** Livros publicados em 2013
- 99** Ensaios publicados desde o início da colecção, autores e vendas
- 104** *XXI, Ter Opinião*
- 105** Projectos iniciados e em curso, 2009 a 2013
- 105** Áreas, Estudos, Programas e Projectos
- 108** Projectos terminados em 2013
- 108** Justiça económica em Portugal: Colaboradores e volumes publicados
- 109** Conselho da FFMS para a Educação
- 109** Questões-Chave de Educação – Temas das conferências e autores
- 112** Conselho da FFMS para a Ciência e Inovação
- 113** Ciclos de Debates
- 114** Encontro Presente no Futuro
- 115** Encontro “Portugal europeu. E Agora?”
- 117** Protocolos e Parcerias em vigor
- 118** Distribuição temática e funcional das despesas

Relatório de Actividades

“No final do ano de 2013, mais de três dezenas de projectos estavam em curso”

Introdução

No momento de apreciação deste relatório, a Fundação Francisco Manuel dos Santos terá completado cinco anos de vida. Foi um período de intensa actividade, marcado sobretudo pelo lançamento de projectos, muitos deles inéditos no nosso país. É uma espécie de ciclo que agora se termina e que serviu também para consolidar iniciativas, depois de analisar os resultados. Este quinto ano coincidiu com alterações impostas pela nova legislação sobre as fundações, o que faz com que um novo ciclo se inicie agora. Foram assim aprovados os novos estatutos da FFMS, já reconhecidos e ratificados pelas autoridades, tendo sido confirmada a Carta de Princípios em vigor desde o início da Fundação (*Anexo 1, Novos estatutos da FFMS e Anexo 2, Carta de Princípios*). Na sua última reunião de 2013, o Conselho de Curadores deu plenos poderes ao seu presidente para designar os novos órgãos sociais. Foi também em 2013 que se efectuou a mudança da sede original e provisória, na torre das Amoreiras, para um andar do Largo Monterroio Mascarenhas.

Foram mantidos e desenvolvidos os projectos mais antigos da FFMS, tais como a PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo, os Ensaios da Fundação, os portais Conhecer a Crise e Opinião Pública e as Conferências de Educação. Concretizaram-se novos projectos, como, por exemplo, o Portal dos Direitos e Deveres do Cidadão, cujo lançamento público está previsto para o primeiro semestre de 2014. E reforçou-se o projecto do Encontro Presente no Futuro, um dos momentos mais altos de visibilidade da FFMS.

No final do ano de 2013, mais de três dezenas de projectos estavam em curso. A dimensão da organização tem-se mantido reduzida, apesar do acréscimo de actividade. Os graus de conhecimento da FFMS, avaliados por empresas especializadas, são significativos e mostram, por um lado, que os esforços e recursos despendidos têm obtido resultados; mas, por outro, que há ainda muito para fazer no sentido de aumentar o reconhecimento da instituição.

Este último ano foi também o de confirmação, pela família Fundadora

(representada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos) e pelo principal fundador, Alexandre Soares dos Santos, da vontade de conceder e manter os meios necessários ao desenvolvimento da missão da FFMS. O aumento da dotação anual contratada, de 5 para 7 milhões de euros, tem esse significado.

Apesar das dificuldades financeiras, económicas e sociais bem visíveis na sociedade portuguesa, de que o Programa de Ajustamento Financeiro e o Acordo de Assistência Financeira são os elementos de mais relevo, a FFMS não sofreu directamente as suas consequências. Mas foi-se tornando evidente, com o passar dos meses e dos anos, que as suas actividades tinham necessariamente de ter em conta essas dificuldades. Na medida do possível, sem perder de vista a sua missão a longo prazo, a FFMS entendeu olhar com mais atenção para estes aspectos críticos. Tal preocupação está patente em algumas das suas actividades e dos seus projectos futuros.

A verdade, no entanto, é que a Fundação definiu os seus objectivos à margem da conjuntura e da actualidade mais premente. Por isso, mesmo em clima de dificuldade, prosseguiu o seu caminho.

**“Como sempre se disse,
a FFMS tem como
destinatário primordial
a população portuguesa”**

A preocupação dominante continua a ser a de estudar e compreender as realidades, de permitir, estimular e divulgar as suas interpretações e de fomentar o debate público sobre essas interpretações e as soluções propostas para os problemas detectados. Como sempre se disse, a FFMS tem como destinatário primordial a população portuguesa, isto é, todos os interessados e todos os envolvidos na discussão colectiva e na participação cívica. Os órgãos de poder político, social e económico, as instituições públicas e da sociedade civil são evidentemente os destinatários úteis do conhecimento, da informação e das propostas resultantes das actividades da Fundação, mas tal é desde sempre considerado uma consequência do debate aberto e público. A FFMS não procura exercer discretamente uma qualquer influência sobre os titulares das responsabilidades políticas, a FFMS procura, isso sim, dar meios de conhecimento e informação à opinião pública e aos cidadãos interessados em geral, no sentido de estarem mais bem habilitados a participar na vida colectiva e no espaço público.

Não devem os responsáveis pela FFMS avaliar, eles próprios, os efeitos da sua acção. Por essa razão, não lhes é fácil determinar a eficácia da acção da Fundação. Mas compete à opinião pública proceder a tal juízo. Por isso, convirá estar atento aos sinais da sociedade e verificar se, na verdade, a divulgação de conhecimento e de informação, assim como o estímulo

ao debate de ideias, tem melhorado ou aumentado em resultado da acção da FFMS. A mudança social, de comportamentos, de atitudes e de mentalidades, é sempre um objectivo desejado por quantos pretendem melhorar as instituições e desenvolver a sociedade, mas sabe-se que essa mudança é sempre a última a ocorrer. A mudança material e física, o crescimento das estruturas económicas e produtivas, a transformação dos equipamentos técnicos e tecnológicos e até a alteração de hábitos e produtos de consumo parecem sempre mais fáceis e mais imediatos do que a mudança de mentalidades e de comportamentos. A verdade é, todavia, que esses são os objectivos últimos, sendo que pode haver às vezes a sensação de que as consequências da actividade cívica da Fundação não são imediatamente visíveis. Não o são, de facto. Mas essa limitação, que se deve perceber com realismo, é finalmente o ónus de uma grande ambição. O melhoramento das instituições públicas e o desenvolvimento social são objectivos que se procura atingir em profundidade, não com a esperança da mudança rápida e de estilo. As liberdades e a autonomia dos cidadãos que se pretendem não são modas passageiras, são transformações que se desejam indeléveis e duradoiras. A sociedade espiritual, de comportamentos e de valores é mais resistente à mudança do que a sociedade material. As instituições, privadas ou públicas, as organizações e as empresas, as associações civis e outras, que, em conjunto, enquadram

“A preocupação dominante continua a ser a de estudar e compreender as realidades”

a vida das comunidades, correspondem, em democracia, a longos projectos de acumulação e de sedimentação histórica, não são meros acontecimentos vistosos mas fúteis. Só o tempo, a perseverança e a exigência conseguirão obter resultados.

Além da consciência do tempo necessário à mudança social, outros factores se revelam hoje indispensáveis ao êxito de uma acção como aquela que a FFMS ambiciona. São eles a independência e a isenção. A Fundação deve actuar com todos os cuidados, a fim de impedir que as suas actividades sejam interpretadas como fazendo parte de uma qualquer intervenção programada, de carácter político, partidário, religioso, económico ou cultural, com interesses próprios e parcelares. Esta exigência é em si própria de grande dificuldade. Mas, além disso, pode sugerir uma distância da Fundação aos destinos humanos e sociais que não é real. Na verdade, a Fundação pretende estar muito firmemente empenhada no melhoramento da sociedade, no desenvolvimento social e no reforço dos direitos dos cidadãos. Ao fazê-lo, a Fundação não se afasta das causas e dos problemas sociais e nacionais, afasta-

-se, isso sim, dos seus protagonistas interessados. Mas sempre com a certeza de que deve procurar as melhores soluções para os problemas colectivos e que deve contribuir para a justiça, o desenvolvimento e o reforço da coesão social.

Neste último ano, uma parte importante das preocupações e dos recursos da FFMS foi orientada para o alargamento do debate público e para a difusão da informação. Assim deverá ser também nos próximos anos. As bases de dados, os portais de informação, a publicação de ensaios e de estudos, a organização de conferências e de reuniões de trabalho, os lançamentos de livros, a discussão pública de estudos, a convocação de seminários e as apresentações públicas têm sempre esses objectivos essenciais: difundir, divulgar e debater.

“Os recursos da FFMS foram orientados para o alargamento do debate público e para a difusão da informação”

Orgânica e instalações

As novas instalações, no Largo de Monterroio Mascarenhas, trouxeram melhores condições de eficiência e mais espaço. Proporcionaram uma melhor organização dos serviços de apoio e do ambiente de trabalho. O Conselho de Administração agradece a colaboração de *José Baião Paulo*, responsável pela gestão e segurança do edifício.

Não se registaram muitas ou significativas mudanças nas estruturas de funcionamento. A equipa de trabalho mantém as pequenas dimensões desde sempre desejadas (*Anexo 3, Equipa e estruturas da FFMS*). É muito frequente o recurso a fornecedores externos de bens e serviços. Não só se minoram os fardos de uma organização muito volumosa, mas também se preserva uma grande flexibilidade de métodos e organização.

Até 21 de Novembro, a Administração (um presidente executivo e dois administradores não executivos), o Conselho de Curadores e o Conselho Fiscal mantiveram-se inalterados. Conforme estava previsto, um órgão não estatutário, o Conselho Científico e Cultural, deixou de ser convocado a partir de Janeiro. Já então se procurava a reorganização da Fundação. Alguns dos seus membros continuaram a colaborar intensamente com a FFMS. Mas a experiência deste conselho deixou algumas marcas. Por exemplo, ficou claro que é importante assegurar o diálogo

e a articulação entre as várias áreas de trabalho da Fundação. Não apenas por motivos práticos (datas, manifestações públicas, colaborações, planeamento, custos, oportunidade, etc.), mas sobretudo por motivos de conteúdo. Depois de uns anos muito “empíricos”, a Fundação parece agora necessitar de coordenar e articular as suas actividades.

Em finais de 2013, os órgãos responsáveis pela Fundação decidiram que, no ano de 2014, iriam prestar muito especial atenção à reorganização das estruturas, tendo em conta os novos órgãos sociais, assim como os ensinamentos retirados dos primeiros anos de trabalho. A divisão das esferas de actividade em “áreas” parece agora necessária. A coordenação das áreas e dos projectos é indispensável, a fim de evitar uma fragmentação de meios, de objectivos e de projectos que se pode revelar muito negativa. O ano de 2014 poderia ser utilmente aproveitado para completar a reorganização das nossas actividades. Importa descentralizar a coordenação da orientação científica, sem perda de rigor. A solidez científica da Fundação poderá depender em grande parte do aconselhamento a que poderá recorrer, assim como à arbitragem (sistema de *referees*) e à avaliação.

Depois de aprovados os novos estatutos e designados os novos órgãos sociais, é indispensável proceder à coordenação e à articulação das actividades científicas e culturais, assim como definir melhor os

“O recurso a órgãos consultivos e similares foi muito proveitoso e permitiu receber contributos importantes de especialistas”

conceitos de “assessoria”, de “avaliação”, de “aconselhamento” e de “arbitragem”. O recurso a estas actividades é essencial para uma Fundação que não é, por definição, uma entidade académica e que não quer, não deve e não pode aumentar os seus quadros permanentes.

Já durante o ano transacto, o recurso a órgãos consultivos e similares foi muito proveitoso e permitiu receber contributos importantes de especialistas. Assim, reuniram-se os conselhos consultivos, científicos ou de acompanhamento para vários sectores ou projectos: A Educação; A Ciência; A Justiça económica; A participação de Portugal nas decisões da União Europeia; Os valores culturais, o desenvolvimento económico e a qualidade da democracia; O encontro *Presente no Futuro*; e a revista anual *XXI, Ter Opinião*.

O departamento de Publicações, criado em 2011 e dirigido por *António Araújo*, manteve e desenvolveu as suas actividades.

No quadro do estabelecimento de uma nova orgânica, adequada às novas instalações da FFMS, deram-se os passos decisivos para a criação de um sistema de informação e comunicação que garantisse a plena independência das infra-estruturas próprias, o que implicou a instalação e a configuração de uma nova rede de dados e comunicações; a substituição total do parque informático e dos serviços de impressão; e a implementação de um sistema de gestão e controlo financeiro dos projectos. Este programa foi levado a cabo sob a orientação do seu coordenador, *Rui Pimentel*, e já garante autonomia e eficiência à Fundação.

Órgãos sociais: Conselho de Curadores, Conselho Fiscal e Conselho Científico

Até 21 de Novembro de 2013, não se registaram alterações nos corpos sociais da Fundação (*Anexo 4, Órgãos sociais da FFMS, 2009-2013*). Os Conselhos de Curadores, Fiscal e de Administração reuniram-se de acordo com o desempenho das suas funções estatutárias. O Conselho de Administração agradece aos membros dos conselhos de Curadores e Fiscal a sua inestimável colaboração. O Conselho de Administração original, que exerceu as suas funções desde 2009, era composto por António Barreto (presidente executivo), José Soares dos Santos e José Quinta (não executivos). O presidente do Conselho de Administração agradece aos seus colegas a colaboração e o esforço incansável.

Em cumprimento da nova Lei das Fundações, o Conselho de Curadores elaborou e aprovou os novos estatutos da FFMS. Foi decidido, em particular, manter os Conselhos de Curadores, Fiscal e de Administração, mas também acrescentar um novo órgão, a Comissão Executiva do Conselho de Administração. O Conselho de Curadores deu plenos poderes ao seu presidente para este designar a nova composição dos órgãos sociais para o quinquénio de 2013 a 2017 (*Anexo 5, Órgãos sociais da FFMS, 2013-2017*). Os novos órgãos já se reuniram em 2013 e decidiram aprovar o Código de Boas Práticas e o

Regulamento Interno do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva (*Anexos 6, Código de Boas Práticas*).

O Conselho Científico, órgão não estatutário, reuniu-se pela última vez em Janeiro de 2013. O Conselho de Administração presta homenagem a este conselho e aos seus membros e agradece a colaboração prestada durante quase cinco anos (*Anexo 4, Órgãos sociais 2009-2013*). Foi neste órgão que se realizaram as discussões mais aprofundadas sobre os projectos da Fundação. Foram os seus conselheiros que, com a sua criatividade, mais contribuíram para o desenvolvimento das actividades da Fundação. Na fase de estabelecimento da Fundação, este órgão foi o mais frequente centro de reflexão sobre as nossas actividades e o seu planeamento, assegurando, neste processo inicial, um diálogo interdisciplinar essencial. Este último deve, aliás, ser preservado na futura organização em curso, pois, pela natureza da Fundação, os programas e projectos recorrem às várias tradições científicas e culturais. Deverá também ser cuidada a coordenação entre projectos e áreas, sem a qual a Fundação correria o risco de fragmentação. Alguns membros do antigo Conselho Científico prestaram valiosa colaboração à Fundação e ao seu Conselho de Administração em vários domínios: coordenação de áreas científicas, direcção de actividade e projectos, orientação de programas, avaliação, jurado científico, arbitragem científica e aconselhamento. Diversos conselheiros mantêm hoje intensa colaboração com a FFMS.

Estatutos, nova Lei das Fundações e utilidade pública

Por causa dos novos estatutos e em aplicação da Lei das Fundações, a FFMS esteve envolvida em discussões privadas e públicas, seja com outras fundações, seja com as autoridades governamentais, seja finalmente com o CPF, Centro Português de Fundações, organismo que representa a maior parte das fundações com existência efectiva e actividade relevante. As discussões foram difíceis, dado que, por parte das autoridades, é persistente uma atitude intervencionista em busca de um controlo permanente sobre as estruturas das fundações. A FFMS conseguiu fazer valer os seus pontos de vista, em conjunto com outras fundações, na procura da autonomia e da liberdade de acção. Mas tal nem sempre foi possível. As autoridades, por exemplo, procuram uniformizar as estruturas e os estatutos, algo que nem sempre parece razoável. Não é fácil, em Portugal, definir e estabelecer regras de comportamento e de relacionamento entre o Estado e as entidades privadas

Alfabetizar é democratizar?

“Outrora conseguiam as crianças identificar certas personagens clássicas e companheiros dos livros da escola como a epopeia de Ulisses, João sem medo das estórias de José Gomes Ferreira, Huckleberry Finn ou então o emblemático Oliver Twist naquela tocante cena na cantina do orfanato, hoje creio que essa associação entre literatura e educação está cada vez mais desvanecida com logótipos e mascotes de empresas a fazerem parte dos materiais de apoio e reflexão, muitas vezes com imagens infantilizantes e discursos vulgares apeladores ao consumismo que os alunos usam nos primeiros anos de escolaridade.”

Simão Duque, 20.04.2014

Debate online Alfabetizar é democratizar?,

www.ffms.pt





e da sociedade civil, que permitam o convívio em liberdade, a autonomia de cada instituição e um grau elevado de confiança. Mas vale a pena insistir na liberdade e na diversidade. É o que a FFMS tem feito e espera continuar a fazer, seja individualmente, seja em colaboração com o Centro Português de Fundações.

A Utilidade Pública, reconhecida a 12 de Março de 2010 (*Diário da República*, 23 de Março de 2010), foi confirmada em 2013, depois da publicação da nova lei. (*Anexo 7, Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013*).

Projectos permanentes

Portal da Fundação

Dando acesso a todos os projectos e *sites* da Fundação, o portal ffms.pt conta actualmente com várias centenas de conteúdos entre os projectos propriamente ditos (estudos, publicações, documentários e encontros) e os trabalhos desenvolvidos a partir deles.

No ano de 2013, o número de visitas ao *site* aumentou 20 %, aproximando-se assim dos duzentos mil visitantes. De destacar a edição e produção de formatos multimédia.

Várias conferências tiveram transmissão em directo no *site* e a maioria das iniciativas de debate foi filmada e disponibilizada no seu formato integral e em edições curtas de um a dois minutos. Actualmente, o canal Youtube da Fundação conta com mais de quatrocentos vídeos, entre conteúdos próprios e reportagens de órgãos de comunicação social.

A agenda quinzenal de debates *online*, com a participação de convidados e do público em geral, permitiu prolongar a discussão dos diferentes projectos da FFMS. No final do ano, as sociedades de debate universitário passaram a marcar presença nestes debates, com a representação de pelo menos um membro, em cada iniciativa.

Com uma frequência semanal, a *newsletter* da Fundação assegurou a divulgação de todas as actividades públicas e lançamentos, cruzando factos e opiniões em cada tema, com vista a uma melhor preparação para o debate.

Considerando o crescimento e a diversidade de projectos desenvolvidos nos últimos anos e perspectivando o plano futuro de actividades, a proposta de revisão do *site* foi concluída e será implementada no início de 2014.

A manutenção e o acompanhamento do portal da FFMS ficaram a cargo de *Filipa Dias*, *Margarida Vaqueiro Lopes* e *Rui Pimentel*.

PORDATA

A PORDATA, Base de dados Portugal Contemporâneo, continua a ser um dos mais antigos e mais conhecidos projectos da Fundação, para o qual se dedicam ainda esforços consideráveis. Se a divulgação livre de informação relevante é um dos traços essenciais de um serviço público, a PORDATA é a tradução exacta desse carácter.

O ano de 2013 foi caracterizado pela uniformização no acesso e na consulta das três bases de dados (Portugal, Europa e Municípios portugueses). Vários melhoramentos foram feitos e diversos os desenvolvimentos realizados. Foi feita a actualização da base de dados da Europa de acordo com o *design* e a forma de consulta dos Municípios. Ficou disponível a nova ferramenta de BI (Bilhete de Identidade) com dez indicadores para cada município, assim como o Quadro resumo (cerca de 100 indicadores) nas bases de dados Europa, Municípios e Portugal. Foi actualizada a base de dados de Portugal, de acordo com o *design* das bases dos Municípios e Europa. Foi também renovada a *home page* geral.

Foram acrescentados importantes novos temas, designadamente “Actividades económicas” (Portugal), “Turismo” (Europa) e “Participação eleitoral” (Municípios).

Em parceria com o canal de televisão SIC, foram produzidos filmes com “Retratos” de quinze municípios, por ocasião das eleições autárquicas.

Foram ainda produzidos “Retratos”, em versões *online* e impressa, para Portugal, Portugal na Europa, Lisboa (em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa) e Funchal (em colaboração com a Câmara Municipal de Funchal).

Proseguiu regularmente a actualização tecnológica da plataforma. Facto que, aliás, confirma uma preocupação que vem já de anos anteriores. Este género de “serviço público”, tornando disponíveis dados e informações, comporta sempre uma espécie de surpresa: são muito elevados os custos de manutenção e de actualização, não só de conteúdos, mas também de estrutura tecnológica, de equipamento e de segurança.

Decorreu a terceira edição do Concurso PORDATA/RBE (Rede de Bibliotecas Escolares). Candidataram-se 42 equipas de alunos do secundário, das quais duas foram premiadas: a equipa do Agrupamento de Escolas Finisterra, de Cantanhede (*Ana Filipa Oliveira* e *Maria Inês Simões*) e a da Escola EB 2, 3/S, de Vale de Cambra (*João Carlos Muacho*, *Luciana Vasconcelos* e *Tiago Rocha*). Obteve uma menção honrosa um terceiro trabalho de uma equipa da Escola Secundária Vergílio Ferreira, de Lisboa (*André Cunha*, *António Ferreira* e *Rita Pires*).

“Durante o ano de 2013, o número de páginas visitadas na PORDATA ultrapassou a barreira dos 6 milhões de visualizações”

A entrega de prémios decorreu na Escola Secundária Gil Vicente, em Lisboa. Na RBE, *Teresa Calçada* e *Margarida Toscano* foram incansáveis na sua colaboração.

Durante o ano de 2013, o número de páginas visitadas na PORDATA ultrapassou a barreira dos 6 milhões de visualizações, o que corresponde a um aumento na ordem dos 33 % face ao valor registado no ano anterior (*Anexo 8, A PORDATA em números, 2013*). Desde o início, a PORDATA tem registado um aumento permanente de acessos, de consultas e de referências bibliográficas ou nos órgãos de comunicação social.

Em 2013, o projecto de formação viu a sua equipa aumentar o número de colaboradores, tendo-se criado responsáveis por regiões. A implementação desta equipa de formação permitiu um acréscimo no número de formações na ordem dos 132 %. Em valores absolutos, o número de formandos, neste ano, ultrapassou os 6300, em cerca de 320 acções de formação de norte a sul do país. Este valor eleva os totais da formação para um valor acumulado de 14 374 formandos em 685 sessões (*Anexo 9, PORDATA: Acções de formação*). As acções de formação continuam a ser dirigidas por

Bernardo Gaivão, a que se juntaram este ano *Renato Antunes* e *Teresa Cardoso*.

A PORDATA continua a ser superiormente dirigida por *Maria João Valente Rosa*, tendo por assistentes *Luísa Barbosa*, *Joana Martins* e *Rita Rosado*.

O apoio tecnológico e logístico é de *Susana Norton* e *Rui Pimentel*, directores da FFMS.

Portal “Conhecer a Crise”

Com um ano de existência, o *site* www.conheceracrise.pt foi visitado por mais de cinquenta mil pessoas e conta com mais de uma centena de indicadores, actualizados mensal, trimestral ou anualmente, organizados em grandes temas como, entre outros, o “Trabalho”, a “Habitação”, o “Apoio social”, o “Endividamento dos particulares e das empresas”, as “Despesas das famílias” e a “Conjuntura económica”.

A ideia que presidiu à iniciativa deste *site* foi a necessidade de, em tempos de dificuldades económicas e sociais conhecidas, colocar à disposição do público informações rigorosas, mais actuais (entre mensais a anuais, ao contrário da PORDATA, que exhibe dados anuais), mais pormenorizadas e mais orientadas, capazes de ilustrar a evolução social e económica em múltiplas dimensões da vida quotidiana, do consumo, do emprego, do investimento, das despesas, etc.

Durante o ano de 2013, o jornal *Destak* publicou uma coluna semanal com a explicação e o desenvolvimento dos indicadores do *site*. Este projecto contou com a colaboração de diversos parceiros,

nomeadamente o Banco de Portugal, o INE (Instituto Nacional de Estatística), a Unicre, a Confidencial Imobiliário, o Banco Alimentar e a Nielsen.

Durante o segundo semestre de 2013, foi preparado um novo tema (Actividade empresarial) para o *site*, em parceria com a Informa D&B. Esse novo conjunto de indicadores será lançado no início de 2014.

Para a actualização de todos os indicadores do *site*, a Fundação conta com a colaboração de *Marco Lourenço* e a supervisão dos parceiros do projecto. Pela FFMS, a coordenação deste projecto ficou a cargo de *Filipa Dias*, directora da Fundação.

POP, Portal de Opinião Pública

Lançado em Fevereiro de 2013, o *site* www.pop.pt resultou da colaboração entre a FFMS e o ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa).

A cargo de *Alice Ramos* e *Cícero Pereira*, sob a orientação do conselheiro *Pedro Magalhães*, o POP permite analisar a evolução das opiniões ao longo do tempo, comparar a opinião pública entre povos e cruzar dois indicadores em simultâneo.

“Com um ano de existência, o site www.conhecera crise.pt foi visitado por mais de cinquenta mil pessoas”

Coligido com base em três grandes inquéritos europeus – Eurobarómetro, Inquérito Social Europeu e Estudo Europeu de Valores –, o *site* conta com mais de uma centena de indicadores sobre temas tão variados como a Família, a Religião, a Política ou a Economia.

Contando já com cerca de quarenta mil visitas, este projecto contou com a publicação de um *e-book* no qual sete autores foram convidados a analisar os dados da sua área de especialidade. *Alice Ramos, Cícero Pereira, José Barreto, José Tavares, Maria José Chambel, Pedro Magalhães* e *Sofia Aboim* escreveram sobre a evolução das percepções, os grupos sociais, o indivíduo, a religião, a economia, o trabalho, a política e a família. Esse trabalho foi divulgado na preparação do “Presente no Futuro” e discutido numa sessão do encontro, com a presença dos autores.

A liderança científica do projecto é de *Pedro Magalhães* e o acompanhamento operacional de *Filipa Dias*.

Portal do Cidadão: Direitos e Deveres

Este projecto, a cargo de uma vasta equipa de juristas, professores, magistrados e advogados, coordenada por *Nuno Coelho* e com o acompanhamento, por parte da Fundação, de *Mariana França Gouveia*, visa a criação de um portal de Internet que tenha por objecto os direitos e os deveres do cidadão (*Anexo 10: Portal de Direitos e Deveres: Responsáveis*).

Quem ouve a vox pop?

“Só conhecemos directamente uma parte muito restrita do mundo em que vivemos e a nossa existência social depende do conhecimento que outros construíram: das escolas que frequentámos, dos livros que lemos... e também de inquéritos como estes”

José Manuel Sobral, 16.03.2013

Debate *online* Quem ouve a Vox Pop?,

www.ffms.pt





O projecto foi revisto e finalizado durante o ano de 2013, prevendo-se o seu lançamento em 2014. A coordenação operacional ficou a cargo de *Filipa Dias*, directora da FFMS, e de *Maria Ferreira*.

Bibliografias e Cronologias

A acrescentar às bases de dados já disponíveis, a FFMS decidiu mandar elaborar e divulgar “Bibliografias” sobre todos os temas relevantes da história e da sociedade portuguesa, assim como “Cronologias” para um período recente de 1960 à actualidade. Espera-se que destes trabalhos resultem instrumentos de enquadramento dos dados quantitativos (PORTATA, Conhecer a Crise, Portal de Opinião Pública), assim como informação de ordem geral, útil para o público indiferenciado, mas particularmente para estudantes e investigadores, nacionais e estrangeiros. O projecto está a cargo de *Paulo Silveira e Sousa e António Ramalho*. A coordenação operacional está a cargo de *Isabel Vasconcelos e Filipa Dias*, directoras da FFMS.

Prevê-se a introdução destes conteúdos, nos sites e portais da FFMS, assim como a respectiva publicação, durante o ano de 2014. (*Anexo 11, Bibliografias e Cronologias: Estrutura e Responsáveis*).

Publicações da Fundação

O ano de 2013 ficou marcado pela consolidação do programa de publicações da Fundação. Manteve-se o ritmo de publicação da colecção de Ensaios, tendo

presentes as dificuldades atravessadas pelo mercado editorial na conjuntura económica, o que esteve na origem de uma redução de despesa com produtos culturais. Os “Ensaios da Fundação” mantiveram a exposição pública e viram aumentada a sua projecção mediática, quer através de lançamentos, quer através de notícias na comunicação social, quer, enfim, através dos debates *online*, podendo concluir-se que esta colecção se encontra consolidada e é já hoje uma das “imagens de marca” da Fundação (*Anexo 12, Livros publicados em 2013; Anexo 13, Ensaios publicados desde o início da colecção, autores e vendas*).

Foram ainda lançados diversos estudos, não enquadráveis na categoria de ensaio (*Anexo 12, Livros publicados em 2013*) e que correspondem ao resultado de trabalhos e projectos desenvolvidos pela Fundação, ou resultantes de parcerias com outras instituições, como a Representação da Comissão Europeia em Lisboa. No âmbito das publicações, e com vista a uma racionalização de custos, começou a adoptar-se a estratégia de publicação de alguns originais em plataformas digitais.

Os custos de produção, promoção e difusão dos livros da Fundação continuam a revelar-se muito altos. As margens de distribuição e de livraria são elevadas. A FFMS decidiu que uma parte dos seus recursos pode servir para apoiar a edição e a difusão dos seus estudos e ensaios, mas o cálculo financeiro e económico deve também manter-se e contribuir para as decisões editoriais. A procura de novas vias

de publicação, como seja a difusão *online*, deve fazer parte da estratégia editorial. A Fundação continua a pensar em fazer um esforço a fim de manter baixos os preços de capa dos “Ensaio” (pouco mais de 3,00 € os volumes brochados e de 5,00 € os volumes encadernados). Parece hoje incontestável que os preços dos livros constituem factores de limitação do acesso e da leitura. O elevado número de volumes vendidos até hoje (perto de 370 000 volumes) é seguramente resultado da política de baixo preço.

No Encontro Presente no Futuro, a área de publicações marcou a sua presença no Café da Fundação, com diversos debates com vários autores.

Por fim, iniciou-se a publicação de uma nova colecção, “Retratos da Fundação”, cujo lançamento terá lugar no primeiro semestre de 2014.

A área de Publicações da Fundação é coordenada por *António Araújo*, também Administrador da FFMS, acompanhado de duas directoras, *Isabel Vasconcelos*, no sector editorial, e *Susana Norton*, no sector da produção.

Revista da Fundação - XXI, Ter Opinião

A terceira edição da revista *XXI, Ter Opinião* foi mais uma vez dirigida por José Manuel Fernandes, tendo sido publicada em fins de 2013 (*Anexo 14, XXI, Ter Opinião: Corpo editorial e colaboradores*). A edição teve como tema central *Os caminhos da Europa*, alargando a discussão sobre a Europa, tema

que já tinha marcado uma conferência em Maio (“25 anos de Portugal europeu”), um estudo e uma publicação da autoria de Augusto Mateus, assim como uma reflexão aprofundada no encontro Presente no Futuro. As vendas das três edições oscilaram entre 6000 e 9000. O custo desta publicação, de grandes dimensões (mais de 200 páginas ilustradas e a cores, com grande número de colaboradores) é muito elevado. É aconselhável, no futuro próximo, estudar as hipóteses de desenvolver, melhorar, aumentar a periodicidade ou sustentar esta publicação. A responsável operacional pela revista é *Susana Norton*, directora da FFMS.

Documentários

A Fundação pretende iniciar a produção de uma série de documentários sobre temas actuais da sociedade portuguesa. Com a publicação de livros, nomeadamente dos “Ensaio da Fundação”, chegou-se às dezenas de milhares de leitores e consequentes debates. Com os documentários, designadamente através da televisão, queremos chegar a centenas de milhares. O propósito mantém-se: um convite contínuo à discussão das realidades actuais.

Em 2012, foi exibido o primeiro documentário da Fundação: “*Nascido para viver*”, da autoria de *Xavier Barreto* e de *José Pedro Correia* (e a colaboração do conselheiro *José Mendes Ribeiro*), com a realização de *Joana Pontes* e a produção de *Patrícia Faria*.

E se o trabalho não for um direito mas uma mercadoria?

“O mercado tem vontade própria, é verdade, mas quem baliza essa vontade somos nós, com base em valores colectivos, muitos deles morais.”

João Jesus Caetano, 22.02.2013

Debate *online* E se o trabalho não for um direito mas uma mercadoria?,

www.ffms.pt





Durante 2013, foram iniciados mais três filmes, com equipas distintas de produção e realização. Os temas escolhidos para esses três documentários foram questões actuais da sociedade: o acesso ao ensino superior, a criação de empresas e as condições de vida das famílias com salários reduzidos.

A Fundação prevê exibir dois a três filmes por ano, com uma duração de 26 minutos. Os documentários serão acompanhados de dez entrevistas com especialistas ou pessoas experientes no tema que ajudem a enquadrar e a discutir o problema retratado.

Estão ainda a ser definidos os processos de planeamento e trabalho nesta área, contando a Fundação com a colaboração de um júri constituído por pessoas qualificadas.

Como projecto independente, está em produção, desde 2012, uma série documental “*On development and freedom*” (“A Liberdade e o Desenvolvimento”). Tendo por base a entrevista a dez personalidades internacionais, entre filósofos, escritores, músicos ou sociólogos, pretende-se que esta série contribua para uma reflexão sobre o futuro das sociedades, na óptica das relações entre a liberdade e o desenvolvimento. Prevê-se que este projecto seja apresentado no encontro “Presente no Futuro” de 2014, que terá como tema central a liberdade.

O programa de documentários está a cargo de *Filipa Dias*, directora da FFMS.

Áreas, programas e projectos

No ano transacto, prosseguiram ou terminaram os projectos iniciados no ano anterior e começaram novos (*Anexo 15, Projectos iniciados e em curso, 2009-2013*). Ao todo, várias dezenas. Esta eventual proliferação dos primeiros anos foi talvez necessária para, empiricamente, ir testando métodos de trabalho. Agora, passados cinco anos, talvez importe procurar uma articulação de conteúdo significativa entre os projectos e programas.

Em 2013, foram terminados ou redigidos 22 projectos. (*Anexo 16, Projectos terminados em 2013*), alguns dos quais no final do ano, pelo que a edição e a divulgação só serão feitas em 2014. Após este nível elevado de conclusões de trabalhos, pretende-se abrandar o ritmo de contratação, de forma que se reflecta sobre a estratégia de investigação. Aliás, durante este ano, deu-se início a uma reflexão sobre os programas, com o objectivo de criar uma nova organização dos mesmos, desenvolver estratégias de desenvolvimento por área, explorar sinergias entre programas, potenciar o actual acervo de estudos e outros materiais da FFMS e definir metodologias de avaliação de projectos. Impõe-se uma nova lógica de organização de programas e projectos sempre ao abrigo dos princípios e da missão da FFMS. É provável que, a partir de 2014, se concretizem novas designações das áreas de trabalho e dos

programas. Para já, todavia, utilizar-se-ão as designações usadas até agora.

A Direcção de Projectos esteve confiada a *Isabel Vasconcelos*, directora da FFMS.

Programa “Saúde”

Foram concluídos e serão editados os estudos “Custos e preços na Saúde”, dirigidos por *Carlos Costa* (da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa) e “Evolução da Mortalidade infantil”, de *José Pedro Correia* e *Xavier Barreto*. Sob a orientação de *José Mendes Ribeiro*, que também é o coordenador do programa, *Rita Espanha* realizou um estudo exploratório “A informação e Saúde”, que está disponível no *site* FFMS.

Programa “Justiça e Direito”

O Programa Justiça e Direito é dirigido por *Nuno Garoupa*, assessorado por *Maria Ferreira*. O mais importante projecto terminado neste programa foi intitulado “Justiça económica em Portugal”, iniciado no ano anterior, orientado cientificamente por *Mariana França Gouveia*, *Nuno Garoupa* e *Pedro Magalhães*, com a colaboração de uma vasta equipa de juristas e cientistas sociais. *Jorge Carvalho*, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, foi o responsável executivo do projecto. (*Anexo 17, Justiça económica em Portugal: Colaboradores e volumes publicados*). Este projecto constituiu o primeiro grande exemplo de parceria

com outra instituição, neste caso a ACL, Associação Comercial de Lisboa. Também o INE, Instituto Nacional de Estatística, colaborou com o projecto. O trabalho incluiu várias investigações, umas de carácter jurídico e teórico, outras feitas a partir de observações empíricas junto de tribunais, de empresas e de protagonistas da justiça. As conclusões foram largamente divulgadas, impressas e publicadas *online*, assim como entregues pessoalmente às autoridades, Governo, Parlamento, entidades judiciais, representantes dos advogados e dos magistrados, professores e profissionais. Refira-se em particular a audiência e reunião de trabalho com o grupo da Comissão Parlamentar dos Direitos, Liberdades e Garantias, durante a qual os deputados membros da Comissão informaram que algumas sugestões tinham sido aceites. Neste caso, como noutros mais tarde, importará também fazer uma análise dos resultados, do modo como foram divulgados e debatidos, assim como da eficácia dos resultados, isto é, da capacidade demonstrada para contribuir para futuras decisões e reformas. Os hábitos tradicionais são tais, no nosso país, que as autoridades não gostam de mostrar que são estimuladas por órgãos exteriores, pelo que é muito difícil participar e contribuir. É frequente ver entidades que simplesmente não querem que a participação dos cidadãos seja pública. Aceitam facilmente o exercício discreto da influência, mas receiam o confronto com outras opiniões e a necessidade de fazer o

caminho em conjunto. É também contra estes hábitos que a FFMS exerce as suas actividades.

Além deste projecto e respectivos trabalhos, foram elaborados outros estudos: “O Ministério Público nos países da Europa” de *José Martin Pastor*, da Universidade de Valência, e “A formação de juizes na Europa” de *Carlos Gomez Liguerra*, da Universitat Pompeu Fabra de Barcelona, serão publicados em 2014.

Por outro lado, depois dos projectos realizados no ano anterior sob a designação “Avaliação legislativa” e focando as realidades das leis da toxicod dependência e das propinas universitárias, realizou-se um outro de âmbito mais alargado: “Avaliação legislativa, Uma perspectiva Comparada”. Este foi dirigido e executado por *João Caupers* e *Marta Tavares de Almeida* (da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa) e *Pierre Guibentif* (do ISCTE, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa). O estudo interessa-se pela metodologia e pela problemática da avaliação legislativa em vários países europeus, aprofundando o caso português. O projecto ficou concluído em 2013 e estão previstas a edição e a divulgação em 2014.

Programa “Educação”

O programa de Educação é dirigido por *Carlos Fiolhais*, com *Mónica Vieira* como assessora. O programa teve o apoio de um Conselho para a Educação (*Anexo 18, Composição do Conselho da FFMS para a*

Educação). O Conselho da FFMS para a Educação reúne-se para debate e análise de estudos e do programa em geral.

Em 2013, deu-se continuidade ao ciclo “Questões-chave da Educação” e divulgaram-se diversos estudos.

Conferências:

Ciclo Questões-Chave da Educação

O ciclo de “Questões-Chave da Educação” é uma iniciativa da FFMS desde 2010 e tem por público principal os professores do ensino básico e secundário. O objectivo deste ciclo de conferências é propiciar o debate de assuntos de interesse geral para a comunidade educativa, em especial professores e estudantes da área da educação, alguns deles futuros professores. As conferências foram também dirigidas a estudiosos da educação e a outros interessados (*Anexo 19, Questões-Chave de Educação: Conferências e autores*).

Em 2013, foram debatidos os seguintes temas: “A indisciplina nas escolas” com a participação de *Dorothy Espelage* e *João Lopes*; e “O Ensino profissional” com *Christopher Winch* e *Paula Paixão*.

Deu-se continuidade ao modelo do ano anterior, contudo, reduziu-se o número de conferências, mantendo a sua realização em vários pontos do país, num total de quatro sessões: em Braga, Faro e Lisboa (duas).

A divulgação do ciclo de conferências foi feita essencialmente através da página *online* da Fundação e com a colaboração de várias entidades: as Universidades do Algarve e Minho; o Diário de Notícias;

a Porto Editora, além de algumas dezenas de escolas secundárias e instituições do Ensino Superior.

As conferências em Lisboa foram transmitidas em directo através do *site* da Fundação. De cada conferência foi editado um livro com os textos dos conferencistas. Com estas publicações, a colecção “Questões-Chave da Educação” atingiu o total de onze títulos (*Anexo 12, Livros publicados em 2013*). Com o objectivo de prolongar o debate dos ciclos anteriores junto dos pais e da comunidade educativa, realizaram-se três “microconferências” em escolas secundárias (Alcobaça, Vila Viçosa e Liceu Passos Manuel, em Lisboa) com a colaboração dos municípios de Alcobaça e Vila Viçosa.

Considera-se uma iniciativa de sucesso, sempre com inscrições esgotadas e com bons níveis de audiência na transmissão *online*. Este ciclo já tem um público fiel, mas não se pode deixar afastar a ideia de tentar também contactar os pais e encarregados de educação. A “comunidade educativa” deveria incluir pelo menos estas três categorias (alunos, pais e professores), sem esquecer os representantes da comunidade, das autarquias e da sociedade envolvente. Por isso, parece indispensável pensar no modo de chegar também junto dos pais na tentativa de aprofundar e enraizar o debate permanente sobre questões de educação. A realização de “microconferências” é uma tentativa de o fazer, mas verificou-se mais uma vez que a audiência é constituída essencialmente por docentes. No entanto, propõe-se manter

este formato, dado que permite, a baixos custos, a descentralização e o alargamento de contactos. Em 2014, poder-se-á envolver de forma mais significativa as associações de pais na preparação destas iniciativas.

Estudos sobre Educação e publicações

Em 2013, foram publicados e divulgados os estudos: “A Exigência Conceptual nas Ciências no Ensino Básico”, coordenado por *Margarida Afonso*, e o estudo “Escolas para o século XXI” por *Alexandre Homem Cristo*. Este último, um estudo essencialmente informativo sobre as opções de organização escolar nos Estados Unidos da América, na Inglaterra, na Holanda e na Suécia, foi objecto de debate em Maio na Escola Secundária Gil Vicente, em Lisboa.

Foram ainda publicados “Alfabetizar em Democracia” de *José Morais*, com lançamento realizado no Liceu Camões e “Literatura e ensino do português” de *José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus*.

Estão em fase de conclusão os seguintes estudos: “Ensino da leitura no 1.º Ciclo do Ensino Básico: crenças, conhecimentos e formação dos professores”, por *João Lopes*; “A sala de aula”, da autoria de *Maria Filomena Mónica*; “As ciências no ensino pré-escolar”, de *Lúcia Santos*; e “The status of education and accountability in Portugal” de *Margaret Raymond*.

Ainda em curso está o “Estudo comparativo da evolução da carga horária no ensino em Portugal e noutros países”, de Isabel Festas.

Onde acaba a indisciplina e começa a violência?

“Mas a indisciplina não é em si uma forma de violência?...porque invade espaço que é de todos; porque agride colegas, funcionários, professores; porque inviabiliza o normal funcionamento de uma aula ou de uma escola.”

Isabel Gil, 14.10.2013

Debate *online* Onde acaba a indisciplina e começa a violência?, www.ffms.pt





Programa “Ciência e Inovação”

O Programa de Ciência é dirigido por *Carlos Fiolhais*, tem como assessora *Mónica Vieira* e teve a colaboração de *Maria Ferreira*. Contou ainda com o apoio do Conselho para a Ciência e a Inovação (*Anexo 20, Composição do Conselho da FFMS para a Ciência e Inovação*).

O programa organiza-se em torno de quatro temas: 1. Investigação científica: organização, funcionamento e produtividade; 2. Relação entre ciência e ensino superior; 3. Inovação; 4. Cultura científica.

Conferência sobre a ciência

Realizou-se em Novembro, na Universidade do Porto, a primeira conferência sobre o tema “Ciência, Economia e Crise”, que contou com a participação de *Pedro Echenique*, físico, professor da Universidade do País Basco. Esta conferência teve uma audiência *online* de 15 500 visualizações.

Estudo sobre investigação científica

O estudo “Ciência e tecnologia em Portugal: métricas e impacto” de *Armando Vieira* foi concluído em 2013 e apresentado ao Conselho para a Ciência e Inovação para discussão. Encontra-se em revisão de conteúdos para divulgação em 2014.

Estudo sobre Ciência e o Ensino Superior

No âmbito do tema “Ensino Politécnico e Desenvolvimento” foi organizada, na cidade de Leiria, com a colaboração do Instituto Politécnico de Leiria e da Fundação Caixa Agrícola, uma reunião de pessoas convidadas, que incluiu representantes do Ensino Politécnico, centros de investigação, autarquias e membros do Governo. Desta actividade, em conjunto com outras realizadas em 2012, surgirá um relatório sobre “Ciência, Investigação e Ensino Superior”, que resulta da auscultação de pessoas que conhecem bem o Ensino Superior, assim como as estruturas e os processos de investigação.

Estudo sobre Ciência e Inovação

Foi concluído e publicado o estudo de *Manuel Mira Godinho*, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, sobre “Ciência e Inovação em Portugal”, dirigido ao público em geral, que procurou responder a questões básicas sobre as relações entre inovação, ciência e tecnologia.

GPS – Cientistas Portugueses no Mundo

Deu-se continuidade à reflexão e aos trabalhos preparatórios da constituição de uma rede de cientistas portugueses no estrangeiro (GPS – Global Portuguese Scientists). Prevê-se o arranque da rede em 2014.

Programa “População e Demografia”

Este programa, coordenado por *Maria João Valente Rosa*, debruça-se sobre as questões sociais, económicas e geográficas nas suas relações com o movimento da população e a evolução demográfica.

Foi concluído o inquérito sobre a Fecundidade em Portugal, uma parceria FFMS e o Instituto Nacional de Estatística (INE). Este inquérito oficial já não era feito há muitos anos e a sua necessidade era reconhecida e sentida. Na verdade, a evolução da natalidade e da fecundidade em Portugal exigia que se soubesse mais sobre estes fenómenos. Os primeiros resultados foram divulgados em 2013 em sessão organizada pelo INE e pela FFMS. Novos resultados deste estudo serão divulgados em 2014. Este estudo e esta parceria tiveram muito especial significado, pois permitiram uma colaboração profunda e útil entre uma fundação privada e uma instituição pública. O INE, dirigido pela presidente *Alda Carvalho*, mais uma vez se revelou uma organização pública maleável e competente, com a qual é gratificante trabalhar. Numa primeira fase, a FFMS deu a sua colaboração técnica e científica, além de ter contribuído com um importante financiamento que tornasse possível o estudo. Numa segunda fase, em curso em 2014, a FFMS compromete-se a desenvolver os estudos que resultam ou constituem prolongamentos deste inquérito.

Ao abrigo do protocolo de cooperação estabelecido entre a FFMS e o Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa, foram concluídos dois estudos; “Processos de envelhecimento: implicações sociais”, liderado por *Manuel Villaverde Cabral* e executado por *Pedro Moura Ferreira*, e “As dinâmicas e o envelhecimento: diagnóstico e projecções” liderado cientificamente por *Manuel Villaverde Cabral* e executado por *Mário Leston Bandeira*. O primeiro foi editado e apresentado em Julho de 2013. O segundo a ser editado em 2014.

Programa “A Questão Social”

As desigualdades sociais e económicas em Portugal

Com a edição do estudo “Desigualdades económicas em Portugal”, em 2012, este programa ficou sem novas actividades. Prevê-se para 2014 a actualização do referido estudo.

Programa “Valores, Atitudes e Comportamentos”

Valores culturais, desenvolvimento económico e a qualidade da democracia: Uma perspectiva comparada

Prosseguiu o estudo seleccionado em 2011 “Cultural values, economic development and the quality of governance: a comparative perspective” de *Alejandro Portes* (Universidade de Princeton) e de *Margarida Marques* (da Universidade Nova

de Lisboa). O estudo tem sido coordenado por *Pedro Magalhães* e acompanhado pelos conselheiros *José Pena do Amaral* e *José Tavares*. Os trabalhos de campo prosseguem normalmente, o segundo relatório foi entregue. Prevê-se que os resultados finais e as publicações (seguidas de debates e discussões públicas) estejam disponíveis a partir de finais de 2014.

Valores sociais e mudança

O projecto “Valores e atitudes face à mudança a favor de um desenvolvimento económico mais sustentável: A visão de empresários, autarcas e população” é coordenado por *João Ferrão* (do ICS, Instituto de Estudos Sociais da Universidade de Lisboa) e acompanhado pelos conselheiros *Pedro Magalhães*, *José Pena do Amaral* e *José Tavares*.

Projecto a terminar no início de 2014, estando previstas diversas actividades de divulgação.

Programa “Desenvolvimento”

O contributo dos fundos comunitários para o desenvolvimento de Portugal, desde 1985

Este projecto, a cargo da empresa AM&A (Augusto Mateus & Associados, com *Augusto Mateus* e *Paulo Madruça* como principais responsáveis), foi concluído e como resultado foram desenvolvidos indicadores agregados por cinquenta temas “Olhares sobre a evolução da sociedade, das

instituições e da economia em Portugal” e uma análise de “Portugal antes e depois dos fundos estruturais: os grandes impactos e as grandes questões”. Concluído o estudo, procedeu-se à sua apresentação e debate numa conferência pública “25 anos de Portugal europeu”, realizada em Maio de 2013. Este estudo teve uma edição em papel e uma aplicação para *iPad* desenvolvida em conjunto com a Augusto Mateus & Associados.

A participação de Portugal nas decisões da União Europeia

Este projecto, dirigido por *Richard Rose* e *Alexander Trechsel* (ambos do IUE, Instituto Universitário Europeu, de Florença), foi acompanhado, por parte da FFMS, por *Miguel Poiares Maduro*, tendo *Pedro Magalhães* assumido esta responsabilidade após *Miguel Poiares Maduro* ter iniciado funções governativas. Este projecto é acompanhado por um Conselho Consultivo especialmente criado para o efeito (*Álvaro Mendonça e Moura*, *Jorge Vasconcelos*, *José Pena Amaral*, *José Tavares* e *Marina Costa Lobo*) e assessorado por *Maria Carlos Ferreira*.

Foram já apresentados e discutidos os quatro primeiros relatórios: “Representing smaller countries by degressive proportionality”; “Portugal in the European Parliament”; “Horizontal and Vertical EU Policymaking”; e “Portuguese Civil Society and the European Union” .

Este projecto será sujeito a um debate aberto e público numa conferência a

organizar em 2014. Prevê-se a conclusão desta investigação no final de 2014.

O cadastro e a propriedade rústica em Portugal

Este estudo, dirigido por *Rodrigo Sarmiento de Beires*, foi editado em Junho, no Porto, e visa a recolha e a apresentação dos aspectos essenciais sobre “O cadastro e a propriedade rústica em Portugal”. Este estudo formula um conjunto de propostas que podem contribuir para a criação de novos instrumentos que permitirão acelerar a execução do cadastro.

Investimentos em infra-estruturas em Portugal

Projecto dirigido por *Alfredo Marvão Pereira* que se propõe estudar os efeitos económicos dos grandes investimentos públicos em infra-estruturas desde 1974 até à actualidade. Já foram apresentados quatro relatórios de progresso. O projecto deverá terminar durante o ano de 2014.

Desenvolvimento de projectos

A nova organização da FFMS, implicando novos estatutos e novos órgãos sociais, iniciou-se ainda em 2013 e deverá estabelecer-se ao longo de 2014. Devendo manter viva a sua missão e efectiva a sua Carta de Princípios, a FFMS deverá também ajustar as suas actividades ao tempo presente e à sua própria experiência. Neste ano de 2013, não se avançou muito nesta orientação de consolidação das actividades, mas tudo indica que, nos próximos anos, seja necessário concentrar realizações, articular iniciativas e coordenar projectos e programas. Ao mesmo tempo, depois de algumas iniciativas empíricas em 2013, importa ter um novo olhar e uma nova energia para os debates e para as discussões no espaço público. Na verdade, o debate não é espontâneo, não resulta simplesmente da publicação de documentos e livros, nem da edição de estudos. É necessário mais qualquer coisa, uma organização, parcerias com sociedades de debates, cooperação com associações e colaboração com instituições. É também indispensável organizar e estruturar experiências e intervenções de grande escala, ao lado das reuniões mais fechadas, mais focadas e mais orientadas para a reflexão académica. O encontro anual, “Presente no Futuro”, é o exemplo de uma actividade que tenta conciliar a seriedade dos temas, a importância dos problemas e a relevância dos temas com um ambiente

A Europa é melhor em quê?

“Muitos europeus, trabalhando noutros continentes, ainda querem e sonham com o regresso a esta Europa fiável e segura”

Luísa Lopes, 18.09.2013

Debate *online* [A Europa é melhor em quê?](#),

www.ffms.pt





aberto à participação de muitas pessoas de diversificada origem e formação. Além disso, o acesso à televisão, seja através da produção de documentários, seja da edição de “clips” e pequenos filmes, seja de parcerias com os canais de televisão, é um objectivo importante para o futuro da Fundação.

As actividades de comunicação da FFMS têm-se vindo a estruturar nesse sentido, no de desenvolver esta dimensão essencial de debate. Sem, evidentemente, ceder na facilidade, no efémero e na futilidade, antes respeitando as regras fundadoras de seriedade, rigor e responsabilidade.

Comunicação, difusão e debate

Ao fim de quase quatro anos de actividade pública, o último inquérito sobre a notoriedade da Fundação e dos seus projectos, realizado em Setembro de 2013, revela que cerca de 20 % das pessoas contactadas na Grande Lisboa e no Grande Porto “conhecem ou já ouviram falar da Fundação Francisco Manuel dos Santos”.

Continuando a desenvolver os seus formatos de divulgação e discussão, a Fundação iniciou, em 2013, um trabalho regular com as seis sociedades de debate universitário do país – Universidades de Lisboa, do Porto, de Coimbra, do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro e Nova de Lisboa. Pretende-se, com esta iniciativa, promover o hábito de discussão e reflexão sobre os temas da sociedade portuguesa, junto dos estudantes universitários, um público prioritário na actividade da Fundação.

O trabalho de parceria com alguns órgãos de comunicação social permitiu que vários projectos fossem aprofundados e a sua discussão prolongada no tempo. Destaque para o trabalho da TVI e do *Diário de Notícias* no estudo “25 anos de Portugal europeu”, o trabalho infográfico da SIC Notícias com os dados da “PORDATA Municípios”, a parceria com o jornal *Destak* no projecto “Conhecer a Crise” e a colaboração com o jornal *Metro* onde são publicados duas vezes por semana factos “PORDATA”. Menção especial,

igualmente, para as colaborações com a TVI e o *Diário de Notícias* no encontro “Presente no Futuro”.

Em complemento a todos os estudos e publicações, a FFMS procura cada vez mais promover a discussão através de pequenos ciclos de debate, grandes conferências e encontros ou debates *online*. (*Anexo 21, Ciclo de debates*) Pela diversidade de formatos, a Fundação procura chegar a um público cada vez mais vasto e diversificado. O recurso ao debate *online*, com a organização e moderação de *Vasco Barreto*, tem-se revelado útil e fértil, com elevados números de assistências e de intervenientes e partilhas nas redes sociais, onde a FFMS já conta com mais de 30 000 fãs e seguidores. A FFMS terá, no futuro, de desenvolver este canal de discussão, que parece ser muito versátil e atraente, especialmente junto de grupos mais jovens.

A direcção de comunicação, difusão e debates está a cargo de *Filipa Dias*, directora da FFMS.

Encontro “Presente no Futuro: Portugal europeu. E agora?”

Previsto para um ciclo de três anos, o encontro “Presente no Futuro” torna visível o papel da Fundação como impulsionador de debates livres, de elucidação e enriquecimento das pessoas e da sociedade como um todo. A Fundação conta já com um histórico de dois encontros anuais, cada um reunindo em sala cerca de 1200 pessoas, chegando a mais de um milhão

de espectadores através dos meios de comunicação social.

A primeira destas iniciativas, “Os Portugueses em 2030” (organizada em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, em 2012), contou, em 2013, com uma série de actividades complementares, que permitiram aprofundar as temáticas em torno da demografia. Com a coordenação de *Maria João Valente Rosa*, foi publicado um livro com textos originais dos oradores, produzido e divulgado um vídeo infográfico com os resultados do estudo “Projecções para 2030” e preparada uma série de debates fora de Lisboa.

Assim, entre Fevereiro e Maio de 2013, Porto, Leiria, Coimbra, Évora e Funchal receberam o encontro “Presente no Futuro”. Através de parcerias locais com universidades, institutos politécnicos, câmaras municipais, associações de estudantes, cívicas, comerciais e industriais, órgãos de comunicação social, teatros, livrarias e outros espaços culturais, concretizaram-se seis debates em que, no total, estiveram presentes mais de 1200 pessoas.

O segundo encontro “Presente no Futuro”, realizado em Setembro de 2013, no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa, intitulou-se “Portugal europeu. E agora?”. Oitenta e sete oradores e treze moderadores participaram nas quarenta sessões, em torno de três grandes temas: “A Europa enquanto comunidade política”, “A Europa e o Mundo” e “Portugal europeu” (*Anexo 22, O Presente no Futuro:*

Responsáveis e organizadores, participantes, parceiros e audiências).

Académicos, políticos, historiadores, economistas, diplomatas, artistas, jornalistas e pessoas das mais diversas áreas voltaram à escola, aos corredores, às salas de aula, às bibliotecas, aos auditórios e aos recreios, onde questionaram de novo o que são e que caminho querem seguir, reforçando a consciência de que as suas decisões são importantes e necessárias para a construção do futuro.

A coordenação desta iniciativa foi confiada a *Marina Costa Lobo* e *José Soares dos Santos*, acompanhados por *José Pena do Amaral* e *José Tavares*.

Foram várias as entidades que colaboraram no encontro. Além das empresas parceiras na organização, imagem e comunicação contratadas pela Fundação, o encontro contou ainda com um conjunto de patrocinadores (Santander Totta) e de parceiros institucionais (Accenture; Câmara Municipal de Lisboa), órgãos de comunicação social (TVI; *Diário de Notícias*; Media Capital Rádios), parceiros de bens e serviços (Pingo Doce; Recheio; Olá; Empark; Porto de Lisboa; Fnac; Gallo; SGS Car; Volvo) e apoios à divulgação (Amanhecer; Jeronymo; Hüssel; A Padaria Portuguesa), que se disponibilizaram *pro bono* para organizar, difundir e/ou participar na operacionalização desta iniciativa.

A discussão em torno de Portugal e da Europa teve início em Maio, na conferência de apresentação pública de “25 anos de Portugal europeu”, um estudo que viria a

ser um dos grandes pilares do encontro de Setembro, tal como outros projectos da Fundação, alguns dos quais preparados propositadamente (“Portugal e a Europa: Os números” e o livro “Portugal e a Europa: Novas Cidadanias”) e outros já existentes (PORDATA, Portal de Opinião Pública, Conhecer a Crise, e ensaios e estudos como “A Economia Portuguesa: A últimas décadas” ou “Desigualdade económica em Portugal”).

Para prolongar o debate, a Fundação dedicou a terceira edição da sua revista anual, *XXI, Ter Opinião*, à Europa e promoveu a realização de quatro debates *online* em torno dos temas do encontro. Foram disponibilizados os vídeos das sessões em PresentenoFuturo.pt, prevenindo-se ainda a edição de um livro e a realização de debates em vários distritos.

O ciclo “Presente no Futuro” culmina, em 2014, com um encontro dedicado à Liberdade.

A coordenação operacional do encontro ficou a cargo de *Teresa Mourão-Ferreira*.

O Conselho de Administração agradece o empenho do seu colega *José Soares dos Santos*, responsável executivo pelo projecto dos Encontros “Presente no Futuro”.

Protocolos com outras instituições

Em 2013, a FFMS continuou a desenvolver o método de assinatura de protocolos e convénios com outras instituições (*Anexo 23, Protocolos e Parcerias em vigor*).

Relatório financeiro

O relatório financeiro a seguir pormenorizado reflecte as contas da Fundação. As entregas prometidas e contratadas com a família Fundadora foram concretizadas pontualmente.

Em 2013, o Conselho de Administração da FFMS foi informado da decisão da família Fundadora de aumentar a dotação anual no valor de dois milhões de euros, a acrescentar aos cinco habituais. A Fundação considera que esse gesto nos honra pela confiança que traduz.

O Conselho de Administração persiste numa política financeira cuidadosa e esforça-se por manter as reservas existentes e ao mesmo tempo cativar recursos para projectos plurianuais para não correr riscos de falta de meios para honrar contratos assinados. O Conselho de Administração tem também procurado manter um corpo de funcionários e executivos de reduzidas dimensões.

O aumento de custos com pessoal, devidamente referido no relatório de contas, resulta da transferência de custos de fornecedores e terceiros para custos de funcionamento. Por outras palavras, ficou a dever-se à inclusão nos quadros de pessoal de colaboradores que anteriormente prestavam serviços externos. Também contribui para esse acréscimo a contratação de membros dos órgãos sociais.

A distribuição temática e funcional das despesas revela uma relativa continuidade de opções e métodos (*Anexo 24, Distribuição temática e funcional das despesas*).

O Conselho de Administração agradece a valiosa colaboração de *José Quinta*, Administrador da FFMS entre 2009 e 2013, e responsável pela elaboração e manutenção das contas.

Colaboração com o Fundador

As relações com a família Fundadora desenrolaram-se, como é tradição, da melhor maneira possível. Em especial, as relações com o Fundador e Presidente do Conselho de Curadores, *Alexandre Soares dos Santos*, têm-se mantido exemplares de cordialidade e colaboração. O Conselho de Administração tem obtido, do Fundador e presidente do Conselho de Curadores, toda a colaboração desejada e todo o apoio necessário. O Conselho de Administração não sentiu que a sua independência de juízo e actuação fosse posta em causa.

Perspectivas e programa de actividades

Com os novos órgãos sociais, os novos estatutos e algumas novidades na organização, é provável que a Fundação venha a conhecer algumas mudanças de estilo ou de método. Não são, todavia, de prever mudanças de orientação ou de missão.

Que democracia queremos para a Europa?

“Haverá algo de mais politicamente deselegante e insustentável do que o contorcionismo dos governos que, iludindo os povos, tudo fizeram para contornar o obstáculo nacional do rubicão referendário, aquando da ratificação do Tratado de Lisboa?”

António Martins da Silva, 09.09.2013

Debate *online* Que democracia queremos para a Europa?,

www.ffms.pt





Quanto às alterações de método, importa referir a elaboração de um plano estratégico já aprovado, assim como de um orçamento para 2014, devidamente informatizado. Por outro lado, está em curso a elaboração de manuais de procedimentos que irão reforçar o carácter institucional da FFMS.

Finalmente, como se disse, é necessário articular e coordenar melhor as várias actividades, assim como reduzir as iniciativas e focar nos temas. Talvez seja também necessário repensar algumas orientações práticas de trabalho. Na verdade, a situação social, política, económica e financeira do país tem conhecido crescentes dificuldades. Ora, se é verdade que a FFMS não deve pensar a curto prazo, nem sequer deixar-se envolver em tarefas práticas imediatas, também é certo que a Fundação se deve preocupar

com a situação do país, incluindo no contexto internacional europeu que cada vez mais envolve e condiciona os destinos da sociedade e do país. Talvez seja útil pensar no que a Fundação pode fazer, nomeadamente estudar, para contribuir para o nosso futuro e para as mudanças e tarefas que nos esperam.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

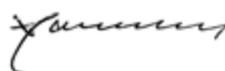
António Barreto, Presidente



António Araújo, Vogal



António Lobo Xavier, Vogal



José Soares dos Santos, Vogal



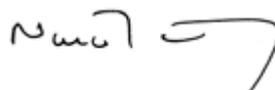
Luís Amado, Vogal



Mariana França Gouveia, Vogal



Nuno Garoupa, Vogal



Relatório de Contas

Balanço

Período findo a 31 de Dezembro de 2013

Euros

Activo	Notas	Ano 2013	Ano 2012
Activo não corrente			
Outros activos financeiros	16	62	0
Activo corrente			
Inventários	5.2	254.705	259.339
Clientes	6	91.403	95.628
Estado e outros entes públicos	7.1	196.894	145.090
Outras contas a receber	8	44.453	13.427
Acréscimos de proveitos		19.570	33.153
Diferimentos	9.1	6.175	89.948
Outros activos financeiros	4	4.027.032	5.025.576
Caixa e depósitos bancários	4	3.956.773	1.333.246
Total do activo		8.597.067	6.995.408

Fundos Patrimoniais e Passivo	Notas	Ano 2013	Ano 2012
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Dotações de fundadores	10	1.000.000	1.000.000
Resultado líquido do exercício		0	0
Total do fundo de capital		1.000.000	1.000.000
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1.077.543	1.031.905
Estado e outros entes públicos	7.2	87.757	66.122
Outras contas a pagar		1.819	
Diferimentos	9.2	5.877.926	4.668.600
Acréscimos de gastos	12	552.021	228.781
Total do passivo		7.597.067	5.995.408
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8.597.067	6.995.408

O Técnico Oficial de Contas TOC n.º 45856

O Conselho de Administração

Demonstração dos resultados por natureza

Período findo a 31 de Dezembro de 2013

Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	Ano 2013	Ano 2012
Vendas e serviços prestados	13.1	222.290	308.298
Subsídios, doações e legados à exploração	14	5.921.173	6.176.422
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5.3	-383.790	-537.499
Fornecimentos e serviços externos	15	-4.035.879	-4.341.979
Gastos com o pessoal	16	-966.471	-608.710
Ajustamentos de inventários	5.2	-97.865	0
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversão)		0	-130.625
Aumentos/reduções de justo valor		1.652	1.713
Outros rendimentos e ganhos	13.3	8.103	1.929
Outros gastos e perdas	17	-681.890	-884.887
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-12.676	-15.337
Gastos/reversões de depreciações e de amortização		0	0
Resultados operacional		-12.676	-15.337
Juros e rendimentos similares obtidos	13.2	13.596	21.737
Juros e gastos similares suportados		0	0
Resultado antes de impostos		920	6.399
Imposto sobre o rendimento do período	7.2	-920	-6.399
Resultado líquido do período		0	0

O Técnico Oficial de Contas TOC n.º 45856

O Conselho de Administração

Demonstração dos fluxos de caixa (método directo)

Período findo a 31 de Dezembro de 2013

Euros

Actividades Operacionais [1]	Ano 2013	Ano 2012
Recebimentos de clientes e utentes	208.945	353.710
Pagamentos a fornecedores	-1.501.381	-1.356.036
Pagamentos ao pessoal	-370.926	-323.384
Impostos:	-406.420	-279.536
Retenção impostos sobre o rendimento		
IRS categoria A	-205.402	-139.300
IRS categoria B	-74.811	-64.345
IRC categoria E	-8.675	-6.852
Contribuições para a Segurança Social	-117.531	-69.039
Fluxos de caixa das actividades operacionais [1]	-2.069.782	-1.605.247

Actividades de Investimento [2]	Ano 2013	Ano 2012
Recebimentos provenientes de:		
Juros de rendimentos similares	13.429	20.442
Pagamentos respeitantes a:		
Outras operações de financiamento (projectos)	-3.446.914	-4.363.600
Fluxos de caixa das actividades de investimento [2]	-3.433.485	-4.343.158

Actividades de Financiamento [3]	Ano 2013	Ano 2012
Donativos	7.128.250	5.000.001
Fluxos de caixa das actividades de financiamento [3]	7.128.250	5.000.001

Varição líquida de caixa e seus equivalentes [1+2+3]	1.624.982	-948.404
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.358.822	7.307.226
Caixa e seus equivalentes no final do período	7.983.805	6.358.822

O Técnico Oficial de Contas TOC n.º 45856

O Conselho de Administração




Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados por natureza

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

[montantes expressos em Euros]

1. Nota Introdutória

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por “Fundação”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, criada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S. A. (Fundadora) em 12 de Fevereiro de 2009, tendo a sua sede no Largo de Monterroio Mascarenhas, n.º 1, freguesia de Campolide, concelho e distrito de Lisboa.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de Junho de 2009, e declarada pessoa colectiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010, de 12 de Março de 2010, ambos emitidos pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

No dia 1 de Março do corrente ano foi publicado do Diário da República, 2.ª série – N.º 43 – Bloco C, a confirmação do estatuto de utilidade pública da Fundação, o qual passou a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho.

Foi aprovado pelo Conselho de Ministros, ofício n.º 3666/DAJD/2013, a escritura dos novos estatutos e dos novos órgãos sociais, realizada no dia 21 de Novembro de 2013 e publicada no portal do Ministério da Justiça.

O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, são desenvolvidos estudos em diversas áreas, com especial relevo para a demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, instituições democráticas, entre outros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Divulgação do referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade recorre, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos registos contabilísticos da entidade, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da entidade durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data de balanço.

Regime da periodização económica (acrécimo)

Os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respectivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo que a comparabilidade não seja prejudicada.

Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excepcionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os conteúdos de todas as contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do exercício anterior.

3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Aplicações Financeiras

Os fundos de tesouraria são registados ao valor de aquisição, sendo no final de cada exercício económico valorizados à cotação indicada pela entidade bancária.

b) Projectos Promovidos

Os gastos dos “Projectos Promovidos”, identificados por “PORDATA”, “Estudos” e “Conferências de Educação”, são registados na rubrica de “Fornecimentos e serviços – Projectos Promovidos” no exercício em que os mesmos são executados, independentemente no momento em que o desembolso foi ou venha a ser efectuado (Nota 15). Caso a atribuição dos projectos seja efectuada numa base plurianual,

o respectivo gasto é reconhecido no momento da sua colocação à disposição e em função da evolução e concretização das fases de cada projecto. Os gastos dos projectos designados como “Ensaio”, “Anuário” e “Outras publicações” são registados em “Mercadorias”, incluídos no inventário da entidade. (Nota 5)

c) Acréscimos e Diferimentos

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

d) Dotações de Fundadores

As dotações do Fundador são registadas no fundo de capital na data da confirmação da sua atribuição, independentemente do seu recebimento efectivo. (Nota 10)

e) Subsídios à Exploração

As participações obtidas do Fundador para fazer face às despesas com projectos e ao funcionamento da Fundação são contabilizadas na rubrica de balanço “Diferimentos – Donativos” e imputados à conta de resultados na exacta medida das necessidades para cobrir os gastos incorridos em cada exercício. (Nota 9.2)

4. Fluxos de Caixa e Aplicações Financeiras

Na demonstração dos fluxos de caixa, o montante inscrito na rubrica “Caixa e seus equivalentes no final do período” é decomposto como apresentado abaixo:

	2013	2012
Numerário	3.400	4.960
Depósitos	3.953.372	1.328.286
Subtotal	3.956.773	1.333.246
Fundos de Tesouraria (Obrigações)	4.027.032	5.025.576
Total	7.983.805	6.358.822

As Obrigações correspondem a 6.607 unidades de participação.

5. Inventários

5.1. O movimento ocorrido na rubrica de Inventários foi o seguinte:

Movimentos do Exercício				
Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Saldo final
Inventários:				
Mercadorias – Ensaios	236.500	263.812	240.501	259.810,75
Mercadorias – Anuário	10.657	118.967	112.292	17.332,05
Mercadorias – Outras publicações	12.182	94.241	30.996	75.426,67
Subtotal	259.339	477.020	384.288	352.569

O saldo final da rubrica Mercadorias – Ensaios:

Rubricas	Saldo final
Mercadoria Fundação	225.429,81
Mercadoria à consignação	34.380,94
Total	259.810,75

O saldo final da rubrica Mercadorias – Anuário:

Rubricas	Saldo final
Mercadoria Fundação	17.222,47
Mercadoria à consignação:	109,58
Total	17.332,05

O saldo final da rubrica Mercadorias – Outras publicações:

Rubricas	Saldo final
Mercadoria Fundação	39.396,80
Mercadoria à consignação:	36.029,87
Total	75.426,67

5.2. No exercício de 2013, foi reconhecida uma perda por imparidade no inventário dos Ensaio, Anuário e Outras publicações referente às edições dos anos de 2010, 2011 e 2012, em 75 %, 50 % e 25 %, respectivamente, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Imparidade	Saldo final
Inventários:			
Mercadorias – Ensaio	259.811	88.907	170.903
Mercadorias – Anuário	17.332	6.439	10.893
Mercadorias – Outras publicações	75.427	2.518	72.909
Total	352.569	97.865	254.705

5.3. O custo das mercadorias vendidas, no montante de 383.790 euros, foi apurado conforme se discrimina, pelos três itens Ensaio, Anuário e Outras Publicações:

Movimentos do Exercício

Rubricas – Ensaio	Mercadorias
Existências iniciais	236.500
Compras	263.812
Existências finais	-259.811
Gastos no exercício [1]	240.501

Rubricas – Anuário	Mercadorias
Existências iniciais	10.657
Compras	118.967
Existências finais	-17.332
Gastos do exercício [2]	112.292

Rubricas – Outras Publicações	Mercadorias
Existências iniciais	12.182
Compras	94.241
Existências finais	-75.427
Gastos no exercício [3]	30.996

Gastos Totais [1]+[2]+[3]	383.790
----------------------------------	----------------

A valorização dos inventários é efectuada pelo seu valor de custo.

6. Clientes

	2013	2012
Clientes gerais	91.403	95.628
Total	91.403	95.628

O saldo de clientes refere-se exclusivamente à venda das publicações literárias editadas pela Fundação.

7. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é composta da seguinte forma:

7.1. Activo

	2013	2012
Retenção na fonte	8.675	6.852
IVA – A recuperar	188.219	138.238
Total	196.894	145.090

7.2. Passivo

	2013	2012
Imposto corrente	920	6.399
Retenções de imposto sobre o rendimento	70.333	46.138
Contribuições para a Segurança Social	16.437	13.585
Fundo de Garantia Compensação Trabalho	67	0,00
Total	87.757	66.122

A Fundação como pessoa colectiva de utilidade pública encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, conforme despacho da Presidência do Conselho de Ministros, de 12 de Março de 2010, e confirmado pelo Despacho n.º 3294/2013, de 29 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, II Série n.º 43, de 1 de Março de 2013.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante

um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social depois de 2001). Deste modo, a declaração fiscal da entidade referente ao ano de 2013 poderá vir a ser sujeita a revisão, contudo, é entendimento da Administração que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades inspectivas não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

8. Outras contas a receber

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2013	2012
Juros a receber	1.285	1.804
Outros devedores	12.927	11.623
Fornecedores (saldos devedores)	30.241	0
Total	44.453	13.427

9. Diferimentos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

9.1. Activo

	2013	2012
Gastos a reconhecer – Projectos	0	89.948
Outros gastos a reconhecer	6.175	0
Total	6.175	89.948

O valor de Outros Gastos a reconhecer corresponde a seguros e telecomunicações.

9.2. Passivo

	2013	2012
Subsídios à exploração	5.877.926	4.668.600
Total	5.877.926	4.668.600

9.3. O movimento ocorrido na rubrica de Diferimentos – Subsídios à Exploração, desde o início, da actividade foi o seguinte:

	Subsídios Recebidos		Gastos Exercício		Subsídio Diferido
	2009 a 2012	2013	2009 a 2012	2013	2013
SFMS, SGPS, SA	17.000.001	7.000.000	12.331.401	5.790.674	5.877.926
Smurfit Kapp, SA	6.624	0	6.624	0	0
Santander Totta, SA	0	128.250	0	128.250	0
Global Notícias, SA	0	2.250	0	2.250	0
Total	17.006.625	7.130.500	12.338.025	5.921.174	5.877.926
Projectos			8.467.600	3.538.532	
Custos funcionamento			3.870.425	2.382.641	
			12.338.025	5.921.174	

O montante relevado na rubrica de “Diferimentos – Subsídios” corresponde ao valor das participações concedidas pelo Fundador ainda não utilizadas no financiamento da actividade da Fundação (gastos com projectos e gastos de funcionamento). A afectação destas participações ao resultado do exercício é efectuada em função do valor exacto dos gastos ocorridos no exercício, na medida em que não puderem ser custeados por outros rendimentos.

10. Realização do fundo (dotações) e variação

A dotação de 1.000.000,00 euros foi totalmente realizada no exercício de 2009.

Durante o exercício não se registaram quaisquer movimentos nas rubricas de fundos patrimoniais.

11. Fornecedores

A rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2013	2012
Fornecedores gerais	1.060.316	915.876
Consultores e assessores	17.228	116.030
Total	1.077.543	1.031.905

12. Acréscimos de gastos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2013	2012
Passivos		
Remunerações a liquidar	114.718	43.174
Recibos Verdes – Segurança Social	24.752	24.752
Remunerações e Órgãos Sociais	190.933	108.375
Outros acréscimos de gastos	221.618	52.480
Total	552.021	228.781

O valor de 114.718 euros, evidenciado na rubrica de “Remunerações a liquidar”, corresponde à responsabilidade com férias e subsídio de férias a pagar em 2014, vencidas no exercício de 2013.

O valor da rubrica de “Remunerações e Órgãos Sociais”, 190.933 euros respeita à estimativa de remunerações a pagar aos membros dos órgãos sociais em 2014.

A rubrica de “Outros acréscimos de gastos” inclui o valor de 81.685 euros, correspondente à estimativa de serviços televisivos com o estudo “Direitos e Deveres” e PORDATA, o valor de 9.500 euros, correspondente aos custos de avaliação do Encontro e da revista XXI e o valor de 130.433 euros, correspondente a gastos de funcionamento e prestação de serviços.

13. Rédito

13.1. A rubrica de Vendas e Serviços Prestados decompõe-se da seguinte forma:

	2013	2012
Venda de ensaios	98.927	39.365
Venda de anuários	39.453	31.460
Venda de outras publicações	47.068	15.911
Prestação de serviços – Evento Presente no Futuro	17.272	18.311
Prestação de serviços – Outros	19.570	203.252
Total	222.290	308.298

Os réditos são reconhecidos pelo justo valor da retribuição recebida.

13.2. A rubrica de Juros e outros rendimentos similares decompõe-se da seguinte forma:

	2013	2012
De depósitos	167	1.294
De outras aplicações de tesouraria	13.429	20.442
Total	13.596	21.737

13.3. A rubrica de Outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

	2013	2012
Correcções relativas a períodos anteriores	234	1.263
Outros	7.689	667
Total	8.103	1.929

14. Subsídios, doações e legados à exploração

Durante o período foram reconhecidos como rendimentos os seguintes subsídios:

	2013	2012
Subsídios do Fundador		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos	5.790.674	6.176.422
Subsídios de outras entidades		
Santander Totta	128.250	0
Global Notíciais	2.250	0
Total	5.921.173	6.176.422

15. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Designação	2013
Trabalhos Especializados:	
Projectos Promovidos (Nota 18)	3.154.743
Custos de Funcionamento (Despesas administrativas dos projectos)	85.160
Assessoria Jurídica	17.162
Assessoria Contabilística	30.100
Revisão de contas	6.500
Rendas e Alugueres	121.358
Deslocação e Estadas	9.567
Despesas de Representação	12.328
Honorários – Conselho Científico, Programas e Conselhos Editoriais	206.768
Prestação de Serviços – Recursos Humanos	263.947
Comunicação	22.321
Livros Documentação Técnica e Material de Escritório	6.739
Ofertas	44.691
Despesas Administrativas	47.701
Outros FSE	6.794
Total	4.035.879

16. Benefícios dos empregados

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2013	2012
Remunerações de órgãos sociais	335.000	250.000
Remunerações do pessoal	521.906	262.936
Senhas de presença	(A) 13.000	26.000
Encargos sobre remunerações	92.715	65.933
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.850	3.841
Total	966.471	608.710

O quadro de pessoal da Fundação integra 9 colaboradores e 2 membros dos órgãos sociais (Presidente e Vogal).

(A) O valor das senhas de presença referentes aos membros do Conselho Científico e Cultural e Conselho de Curadores foi repartido da seguinte forma:

	2013	2012
Conselho Científico e Cultural – senha de presença	1.000	3.500
Conselho de Curadores – senha de presença	12.000	22.500
Total	13.000	26.000

A Lei 70/2013, de 30 de Agosto, estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho, aplicável a todos os contratos celebrados após 1 de Outubro de 2013. No cumprimento da lei, o cálculo do fundo de compensação é efectuado através da aplicação da taxa de 0,925 % ao salário base. O valor apurado é registado como um activo financeiro e diz respeito apenas a um trabalhador:

	2013	2012
Activos Não Correntes		
Outros activos financeiros	62	0
Total	62	0

17. Outros gastos e perdas

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2013	2012
Outros Gastos e Perdas		
Impostos Indirectos – IVA	677.684	822.421
Outros gastos e perdas	4.206	62.466
Total	681.890	884.887

18. Projectos promovidos

Até ao final do exercício, foram aprovados os seguintes projectos e imputados os respectivos gastos, que abaixo se discriminam:

Projectos	Valores Aprovados			Valores Gastos		
	2009-2012	2013	Total	2009-2012	2013	Total
Publicações	1.379.800€	693.790€	2.073.590€	1.524.100€	383.790€	1.907.890€
Total	1.379.800€	693.790€	2.073.590€	1.524.100€	383.790€	1.907.890€
Verba a cativar						165.701€
PORDATA e outros portais	2.870.600€	466.810€	3.337.410€	2.140.600€	734.882€	2.875.482€
Estudos e programas	3.807.300€	515.351€	4.322.651€	2.461.600€	717.111€	3.178.711€
Documentários e outros projectos	171.300€	515.640€	686.940€	253.100€	130.089€	383.189€
Comunicação, promoção, debates e conferências	2.244.900€	1.467.009€	3.711.909€	2.088.200€	1.572.661€	3.660.861€
Total	9.094.100€	2.964.810€	12.058.910€	6.943.500€	3.154.743€	10.098.243€
Verba a cativar						1.960.667€
Total geral	10.473.900€	3.658.600€	14.132.500€	8.467.600€	3.538.532€	12.006.132€
Total verba a cativar						2.126.368€

Ao valor de 12.006.132 euros, já despendido, deve ser acrescido o IVA suportado, no valor de 2.077.613 euros, sendo 613.178 euros referente ao presente exercício.

Resumo

	2013
Projectos Aprovados com Projectos de Desembolso de Capital (PDC)	14.132.500
Valores Gastos	-12.006.132
Verba a Cativar (para 2014)	2.126.368

Para a verba a cativar de 2.126.368 euros, relativa aos projectos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC) estão disponíveis 7.983.805 euros, aplicados em obrigações e depósitos a prazo e à ordem, conforme discriminação abaixo:

	2013
Depósitos a Prazo e à Ordem	3.956.773
Aplicações Financeiras (Obrigações)	4.027.576
	<u>7.983.805</u>

19. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Os honorários pagos ao ROC ascenderam a 6.500 euros e referem-se ao último trimestre de 2012 e ao período de Janeiro a Setembro de 2013.

20. Eventos subsequentes à data do balanço

Até à data da conclusão deste relatório, não ocorreram acontecimentos que mereçam destaque para a leitura das demonstrações financeiras em anexo.

O Técnico Oficial de Contas TOC n.º 45856

O Conselho de Administração



Rua Fradesso da Silveira, 6, 3º A
Complexo Alcântara Rio, Bloco C
1300-609 Lisboa
PORTUGAL
Tel.: +351 213 602 500
Fax: +351 213 602 501
auren.lisboa@auren.pt

Certificação das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 8.597.067 Euros e um total de Fundos patrimoniais de 1.000.000 Euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, em 31 de Dezembro de 2013, e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Portugal para as entidades do sector não lucrativo.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2014

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.

Representada por:



Victor Manuel Leitão Ladeiro R.O.C. (n.º 651)



**Relatório e Parecer
do
Conselho Fiscal**

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e obedeceram aos preceitos legais adoptados, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

Analisámos, também, o relatório do Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo vogal AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de actividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2013.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2014
O CONSELHO FISCAL,

Dr. Luís Maria Viana Palha da Silva
Presidente

Dr.ª Paula Prado
Vogal

AUREN Auditores & Associados, S.R.O.C., S.A.
Representada por: Dr. Victor Manuel Leitão Ladeiro (R.O.C. n.º 651)

Anexos

Anexo 1

Novos estatutos da FFMS

Aprovados em Conselho de Curadores de 2013 e homologados pela Presidência do Conselho de Ministros em Janeiro de 2014

Artigo 1.º (Natureza)

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora), é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e, no que neles for omissos, pela Lei Portuguesa.

Artigo 2.º (Fins e Objecto)

1. O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. Com esse propósito fundamental, sem prejuízo da realização de outras actividades adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação promoverá estudos em diversas áreas, elaborando análises

sobre temas seleccionados, publicando os resultados, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos.

2. As áreas abrangidas serão as mais variadas, com especial relevo para:

a) População e demografia; *b)* Condições sociais e económicas das famílias e das pessoas; *c)* O desenvolvimento económico, social e humano; *d)* Identidade nacional e cultural; *e)* O Estado, a Administração Pública, as instituições democráticas e a organização do território; *f)* A Justiça, os Direitos e deveres dos cidadãos; *g)* O Estado de protecção social, a Saúde, a Educação e a Segurança social; *h)* As políticas públicas; *i)* A sociedade civil, as instituições privadas, as associações e as empresas.

3. Os projectos a realizar pela Fundação deverão satisfazer os mais elevados critérios de rigor científico e independência de análise; traduzir uma real pluralidade de opiniões; garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores; ter como prioridade as questões relevantes da sociedade.

4. A Fundação será independente de organizações e interesses políticos, partidários, económicos, religiosos e outros.

5. A Fundação aprovará uma Carta de Princípios e um Código de Boas Práticas, documentos esses que serão amplamente divulgados e incluirão normas e regras de conduta que os titulares dos órgãos sociais se comprometerão a cumprir e fazer cumprir.

Artigo 3.º (Exclusões)

A Fundação não poderá conceder donativos ou por outros meios promover quaisquer actividades de prestação de cuidados de saúde, beneficência, desporto, criação artística, expressão cultural, educação, formação académica ou profissional, investigação científica individual, nem contribuir para custos gerais e correntes de entidades ou organizações, construção de edifícios, aquisição de equipamentos e viaturas, aluguer de instalações, participação em conferências e congressos, espectáculos, actividades de cariz político ou partidário, associativismo profissional, nem colaborará em apelos públicos de recolha de fundos, organização de exposições ou museus e preservação do património cultural ou edificado.

Artigo 4.º (Duração)

A Fundação tem duração ilimitada.

Artigo 5.º (Sede)

1. A Fundação tem sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 1099-081

Lisboa, freguesia de Campolide, concelho de Lisboa.

2. O Conselho de Administração poderá criar delegações ou outras formas de representação onde for considerado necessário ou conveniente para a realização do seu fim.

Artigo 6.º (Património)

1. O património da Fundação é constituído:

- a) Por um capital inicial próprio de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), que a Fundadora lhe destinou;
- b) Pelas dotações que vierem a ser contratadas com a Fundadora;
- c) Pelo produto, em bens ou direitos, de quaisquer subsídios, donativos, heranças, legados ou cedências a título gratuito, de quaisquer entidades, públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras;
- d) Por todos os bens, móveis ou imóveis, e direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir;
- e) Pelos rendimentos resultantes da gestão do seu património;
- f) Pelo produto dos empréstimos que venha a contrair;
- g) Pelos rendimentos provenientes dos serviços prestados no desenvolvimento da sua actividade.

2. Para todos os efeitos, é expressa vontade da Fundadora conferir a natureza de rendimentos da Fundação aos benefícios económicos referidos nas alíneas b) a g) do número anterior, bem como a quaisquer outros benefícios económicos auferidos

pela Fundação com excepção dos relacionados com o capital inicial próprio referido na alínea *a*) do número anterior ou outros a que seja especificamente atribuída a natureza de capital próprio.

Artigo 7.º (Investimentos e Contribuições)

- 1.** A Fundação pode alienar e onerar bens ou direitos e contrair obrigações, bem como realizar investimentos, nos termos que a sua administração julgue adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.
- 2.** A Fundação não pode aceitar doações, heranças ou legados sujeitos a condição ou a encargo que contrariem o seu objecto, finalidade e independência.

Artigo 8.º (Órgãos da Fundação)

São órgãos da Fundação o Conselho de Curadores, o Órgão de Fiscalização, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

Artigo 9.º (Conselho de Administração)

- 1.** O Conselho de Administração é composto por cinco a nove membros, sempre em número ímpar, um dos quais será o presidente, dele fazendo parte a Comissão Executiva conforme previsto no artigo 11.º
- 2.** O mandato dos membros do Conselho de Administração é de cinco anos, sendo renovável até duas vezes.

3. O presidente e os restantes membros do Conselho de Administração são eleitos pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste.

4. Se um membro do Conselho de Administração for membro do Conselho de Curadores, suspende o respectivo mandato neste último Conselho, enquanto exercer aquelas funções.

5. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

Artigo 10.º (Competência do Conselho de Administração)

- 1.** Compete em especial ao Presidente do Conselho de Administração promover os projectos tendentes à realização dos fins da Fundação.
- 2.** Compete ainda ao Presidente do Conselho de Administração, sempre que considerar adequado, propor ao Conselho de Curadores a adopção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação.
- 3.** Compete ao Conselho de Administração gerir o património da Fundação, bem como deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos, de modificação e de extinção da Fundação e, em especial:
 - a)* Administrar o património da Fundação, praticando todos os actos necessários a esse fim, incluindo os actos previstos no n.º 1 do artigo 7.º;
 - b)* Aprovar os planos anuais de actividade, o relatório, balanço e contas do

- exercício, submetendo-os à aprovação do Conselho de Curadores;
- c) Aprovar o orçamento anual;
 - d) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, de forma a reflectirem, precisa e totalmente em cada momento, a situação patrimonial e financeira da Fundação;
 - e) Deliberar sobre a abertura de delegações ou outras formas de representação;
 - f) Proceder à aceitação de donativos, patrocínios, participações e subsídios destinados a projectos concretos da Fundação.

Artigo 11.º (Comissão Executiva)

- 1.** A Comissão Executiva faz parte do Conselho de Administração e é constituída por um presidente e dois vogais. O presidente da Comissão Executiva pode acumular funções com as de presidente do Conselho de Administração.
- 2.** A Comissão Executiva é eleita pelo Conselho de Administração na primeira reunião do mesmo que tiver lugar, excepto se os seus membros tiverem já sido expressamente designados pelo Conselho de Curadores no âmbito da eleição do Conselho de Administração.
- 3.** Competem, em geral, à Comissão Executiva funções de gestão corrente da Fundação e, em especial:
 - a) Contratar, gerir e dirigir o pessoal;
 - b) Avaliar e aprovar propostas de projectos ou actividades e todos os respectivos termos e condições, aprovar

- a concessão de subsídios, apoios ou empréstimos a projectos específicos e quaisquer outras despesas da Fundação;
- c) Tomar todas as decisões e exercer todas as funções que não estejam expressamente cometidas a outro órgão.

Artigo 12.º (Vinculação da Fundação)

- 1.** O Conselho de Administração representa a Fundação, em juízo ou fora dele, com poderes de delegação em qualquer dos vogais do Conselho de Administração.
- 2.** A Fundação obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser membro da Comissão Executiva.
- 3.** O Conselho de Administração, bem como a Comissão Executiva podem constituir mandatários, delegando-lhes competência, podendo, nesse caso, a Fundação ficar obrigada pela assinatura conjunta de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário nos termos estabelecidos no mandato.

Artigo 13.º (Conselho de Curadores)

- 1.** O Conselho de Curadores é composto por cinco a nove membros, designados de entre personalidades de mérito reconhecido e integridade moral comprovada e com competência nos domínios adequados ao desempenho das actividades da Fundação.
- 2.** O presidente do Conselho de Curadores é designado pela Fundadora, enquanto esta

tiver existência jurídica. Se a Fundadora não tiver existência jurídica no momento da designação, o presidente será eleito por maioria dos votos dos membros do próprio Conselho de Curadores.

3. Os demais membros do Conselho de Curadores são designados por deliberação do próprio Conselho, sob proposta do presidente do Conselho de Curadores.

4. O mandato dos membros do Conselho de Curadores terá a duração de cinco anos, podendo ser prorrogado uma única vez por idêntico período. Pode, no entanto, o mandato de qualquer dos membros ser renovado para além do segundo período, por proposta do presidente do Conselho de Curadores e deliberação por maioria de dois terços dos seus membros.

5. A limitação de mandatos prevista no número anterior não se aplica ao presidente do Conselho de Curadores.

6. O mandato dos membros do Conselho de Curadores cessa:

- a) Por decurso do tempo, conforme disposto no número 4.
- b) Por morte ou incapacidade permanente;
- c) Por renúncia por carta dirigida ao Presidente do Conselho de Curadores;
- d) Por exclusão deliberada em escrutínio secreto por maioria de dois terços dos membros do Conselho em funções, com fundamento em indignidade, falta grave ou desinteresse manifesto no exercício das funções.

7. O Conselho de Curadores reúne, pelo menos, uma vez por semestre

e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, de sua iniciativa ou a pedido do presidente do Conselho de Administração ou da maioria dos membros do Conselho de Curadores.

8. Os membros do Conselho de Curadores podem fazer-se representar nas reuniões por outro membro, mediante comunicação escrita previamente dirigida ao presidente, com excepção das votações a que se refere o artigo 16.º

9. As funções de membro do Conselho de Curadores não são remuneradas, sendo-lhes, no entanto, atribuídas subvenções de presença e de transporte e ajudas de custo.

10. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho de Curadores são tomadas por maioria, tendo o seu presidente voto de qualidade.

11. Os membros do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva podem participar nas reuniões do Conselho de Curadores, a convite do respectivo presidente, sem direito de voto.

Artigo 14.º (Competência do Conselho de Curadores)

1. Compete ao Conselho de Curadores:

- a) Garantir a manutenção dos princípios orientadores da Fundação e aprovar as linhas gerais do seu funcionamento e da prossecução dos seus fins;
- b) Designar, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, os membros do Conselho de Administração;
- c) Destituir os membros do Conselho de Administração;

- d) Deliberar sobre as propostas do Presidente do Conselho de Administração, apresentadas nos termos do artigo 10.º, n.º 2, quanto à adopção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação, através da adopção de regulamentos internos, resoluções ou qualquer outro modo considerado conveniente;
- e) Designar os seus próprios membros, nos termos do artigo 13.º;
- f) Apreciar e aprovar o relatório, balanço e contas do exercício preparados pelo Conselho de Administração;
- g) Designar o Órgão de Fiscalização, nos termos do artigo 15.º;
- h) Definir o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o valor das subvenções e ajudas de custo dos seus próprios membros, através de uma comissão composta por três membros do Conselho de Curadores, um dos quais o respectivo Presidente;
- i) Aprovar a aceitação de donativos, subsídios, heranças ou legados de quaisquer entidades, fora dos casos previstos no artigo 11.º, n.º 3, c), quer impliquem ou não para a Fundação a constituição de encargos ou o estabelecimento de condições.
- 2.** A comissão referida na alínea h) do número anterior é eleita pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente, que também preside à mesma, e delibera sobre a sua proposta.

Artigo 15.º (Fiscalização)

- 1.** A fiscalização da Fundação é exercida por um Conselho Fiscal composto por um presidente e dois vogais ou por um Fiscal Único.
- 2.** O órgão de fiscalização é designado pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste, tendo os mandatos a duração de cinco anos.
- 3.** Compete ao órgão de fiscalização:
- a) Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o balanço e contas do exercício a aprovar pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Curadores;
- b) Verificar periodicamente a regularidade da escrituração da Fundação.

Artigo 16.º (Modificação dos Estatutos, Transformação e Extinção)

- 1.** A modificação dos presentes Estatutos e transformação e extinção da Fundação só podem ser deliberadas sob proposta do presidente do Conselho de Curadores, mediante aprovação em reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, tomada nos seguintes termos, sem prejuízo das disposições legais em vigor sobre a matéria:
- a) a proposta terá de obter os votos favoráveis da maioria dos membros em efectividade de funções de cada um daqueles Conselhos, individualmente considerados; e
- b) sem prejuízo da anterior alínea a), a proposta terá ainda de obter os

votos favoráveis de dois terços da totalidade dos membros dos referidos Conselhos em efectividade de funções, conjuntamente considerados.

2. Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação conjunta dos órgãos referidos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução do fim para que foi instituída, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis quanto ao destino dos bens em caso de extinção.

Artigo 17.º (Vontade da Fundadora)

Os presentes Estatutos reflectem integralmente a vontade da sociedade Fundadora e quaisquer dúvidas que surjam quanto à interpretação ou aplicação dos mesmos deverão ser resolvidas pela mesma ou, caso esta não tenha existência jurídica, pelo Conselho de Curadores.

Anexo 2

Carta de Princípios

Texto constitucional da FFMS aprovado em 2009 pelo Conselho de Curadores

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objectivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus

órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais activo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objectivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

Anexo 3

Equipa e estruturas da FFMS

Organização, cargos e funções

Conselho de Administração

António Barreto, Presidente

António Araújo

António Lobo Xavier

José Soares dos Santos

Luís Amado

Mariana França Gouveia

Nuno Garoupa

Comissão executiva do Conselho de Administração

António Barreto, Presidente

Nuno Garoupa

António Araújo

Assistente e Secretariado, Isabel Bernardes

Departamentos

Directora de Projectos, Isabel Vasconcelos

Directora de Comunicação, Filipa Dias

Directora de Produção, Susana Norton

Director de Informática e Tecnologia,

Rui Pimentel

Assessora do Contencioso e do Programa

Justiça e Direito, Maria Carlos Ferreira

Assessora do Programa de Educação,

Ciência e Inovação, Mónica Vieira

Coordenadora operacional do “Presente

no Futuro”, Teresa Mourão-Ferreira

Assessora de Comunicação, Margarida

Vaqueiro Lopes

Assistente, Cristina Cabral

Programas permanentes

Publicações, António Araújo

PORDATA, Maria João Valente Rosa

Luísa Barbosa, Joana Martins, Rita Rosado,

Bernardo Gaivão, Renato Antunes, Teresa

Cardoso

Áreas temáticas

Educação, Carlos Fiolhais, Mónica Vieira

Ciência, Carlos Fiolhais, Mónica Vieira

Saúde, José Mendes Ribeiro

Justiça e Direito, Nuno Garoupa,

Maria Ferreira

População e Demografia, Maria João

Valente Rosa

Colaboradores externos

Consultoria e auditoria jurídica,

Tiago Lemos e Marta Leitão

Contabilidade – AUREN, Rute Serras (TOC)

e Vítor Ladeiro (ROC)

Anexo 4

Órgãos sociais 2009-2013

Até 21 de Novembro de 2013

Conselho de Curadores

Alexandre Soares Santos, Presidente

António Araújo

Carlos Moreira da Silva

Isabel Jonet

João Lobo Antunes

Joaquim Gomes Canotilho

Luís Valente de Oliveira

Manuel Braga da Cruz

Manuel Clemente

Raul Miguel Rosado Fernandes

Vasco dos Santos

Conselho Fiscal

José Luís Nogueira de Brito, Presidente

Luís Palha

Vítor Ladeiro (Auditor externo, AUREN)

Comissão de Vencimentos

Alexandre Soares Santos, Presidente

Luís Valente de Oliveira

Isabel Jonet

Conselho de Administração

António Barreto, Presidente

José Soares dos Santos

José Quinta

Conselho Científico e Cultural

(não estatutário)

Carlos Fiolhais

Francisco Sarsfield Cabral

José Pena do Amaral

José Mendes Ribeiro
José Tavares
Maria de Fátima Bonifácio
Maria João Valente Rosa
Miguel Poiares Maduro (mandato suspenso
por ter iniciado funções governativas)
Nuno Crato (mandato suspenso por ter
iniciado funções governativas)
Nuno Garoupa
Paulo Rosado
Pedro Magalhães

Anexo 5

Órgãos sociais 2013-2017

A partir de 21 de Novembro de 2013

Conselho de Curadores

Alexandre Soares dos Santos, Presidente
João Lobo Antunes
Luís Valente de Oliveira
Manuel Clemente
Maria Helena Nazaré

Conselho Fiscal

Luís Palha da Silva
Paula Prado
Vítor Ladeira (Auditor externo, AUREN)

Comissão de vencimentos

Alexandre Soares dos Santos, Presidente
Luís Valente de Oliveira
Maria Helena Nazaré

Conselho de Administração

António Barreto, Presidente
António Araújo
António Lobo Xavier
José Soares dos Santos
Luís Amado
Mariana França Gouveia
Nuno Garoupa

Comissão Executiva do Conselho de Administração

António Barreto, Presidente
António Araújo
Nuno Garoupa

Anexo 6

Código de Boas Práticas

Aprovado pelos conselhos de Administração e de Curadores em 2013

Índice

- I.** Declaração de Princípios
- II.** Código de Boas Práticas
 - A Princípios de Ética e Conduta Profissional
 - B Conflitos de Interesses
 - C Administração e Gestão Financeira
 - D Divulgação do Código de Boas Práticas

I. Declaração de Princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, constituída em 12 de Fevereiro de 2009, é uma instituição sem fins lucrativos que tem como fim primordial promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. A Fundação acredita que o incremento do pensamento e do estudo sobre a realidade nacional pode contribuir decisivamente para o seu melhor conhecimento e, dessa forma, para a resolução dos seus problemas, em benefício de todos os portugueses da geração presente e das gerações futuras.

Com vista a alcançar estes seus propósitos, e sem prejuízo da realização de

outras iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação Francisco Manuel dos Santos dedica-se e continuará a dedicar-se a promover a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas nas mais diversas áreas, que – assegurando os mais elevados padrões de rigor científico, qualidade e independência de análise – tenham por escopo elaborar uma análise profunda e conhecedora de temas relevantes para a nossa sociedade, apresentando soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundando o debate em torno dos grandes problemas nacionais, e, desse modo, contribuindo para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

Por meio destas obras, estudos e projectos – os quais, por imperativo inderrogável, devem traduzir uma real pluralidade de opiniões e garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores – a Fundação Francisco Manuel dos Santos espera melhorar o conhecimento da realidade nacional, sobretudo junto da sociedade civil, cujo envolvimento activo na reflexão e na resolução dos problemas nacionais se afigura essencial para a sua digna resolução.

Aliás, justamente com vista a promover esse envolvimento, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos



No futuro, como será o livro?

“Podemos discutir os formatos digitais ou analógicos que ele assumirá, a sua cadeia de produção e distribuição, o modo como os leremos, mas é ponto assente que o Livro, enquanto veículo do pensamento humano, persistirá.”

José Mário Silva, 06.06.2013

Debate *online* [No futuro, como será o livro?](http://www.ffms.pt), www.ffms.pt

“A analogia para as transformações no mundo do livro parece-me válida: o livro (físico) vai tornar-se inevitavelmente – felizmente – um objecto gourmet.”

Carlos Vaz Marques, 05.06.2013

Debate *online* [No futuro, como será o livro?](http://www.ffms.pt), www.ffms.pt



procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades e iniciativas, garantindo ainda, deste modo, a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades. Para além disso, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá ainda a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações, cuja concretização considera tão importante quanto a realização dos estudos e trabalhos de investigação acima mencionados.

As áreas nas quais a Fundação Francisco Manuel dos Santos pretende focar a sua actividade são muito variadas, embora se devam destacar – por consistirem naquelas onde a intervenção da Fundação Francisco Manuel dos Santos assume tendencialmente maior relevo – as áreas da demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, instituições públicas, grandes serviços públicos, relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos é e sempre será

norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actua e sempre actuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos funcionarão como os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pela Fundadora.

II. Código de Boas Práticas

A – Princípios de Ética e Conduta Profissional

A Fundação Francisco Manuel dos Santos orientará a prossecução dos seus objectivos por princípios de ordem ética e deontológica, de onde se destacam os princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social, da responsabilidade social, do respeito pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

Legalidade

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará sempre de acordo com a lei e em conformidade com os seus estatutos, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações que lhe sejam impostas pela lei portuguesa e/ou por outros instrumentos normativos internacionais que lhe sejam legalmente aplicáveis.

Nos termos previstos nos estatutos, a Fundação não poderá conceder donativos ou por outros meios promover quaisquer actividades de prestação de cuidados de saúde, beneficência, desporto, criação artística, expressão cultural, educação, formação académica ou profissional, investigação científica individual, nem contribuir para custos gerais e correntes de entidades ou organizações, construção de edifícios, aquisição de equipamentos e viaturas, aluguer de instalações, participação em conferências e congressos, espectáculos, actividades de cariz político ou partidário, associativismo profissional, nem colaborará em apelos públicos de recolha de fundos, organização de exposições ou museus e preservação do património cultural ou edificado.

Imparcialidade e independência

A Fundação Francisco Manuel dos Santos agirá sempre de forma imparcial e independente, abstendo-se de praticar qualquer acção que prejudique o público e de qualquer tratamento preferencial ou discriminatório, quaisquer que sejam os seus motivos.

Os membros do órgão de administração e demais órgãos sociais da Fundação Francisco Manuel dos Santos, bem como todos os seus colaboradores, deverão ser idóneos, independentes e não atender a interesses pessoais, familiares ou a pressões políticas, sociais ou económicas, ou de qualquer outra natureza.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos é independente da Família Soares dos Santos, bem como do Grupo Jerónimo Martins, não podendo estas entidades intervir nas políticas de gestão, nem nas orientações científicas da Fundação seja a que título for.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará, a cada momento, assegurar a presença de representantes da Família Soares dos Santos nos seus órgãos sociais.

Igualdade de oportunidades

A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a respeitar o princípio de igualdade de oportunidades. A avaliação de quaisquer desempenhos individuais, projectos ou quaisquer acções desenvolvidas ou contratadas deverá ser feita exclusivamente com base no mérito, valorizando-se critérios objectivos definidos em sede própria.

Não é permitida qualquer forma de discriminação individual (em função da etnia, género, religião, idade, condição social ou outra) ou qualquer tipo de ofensa à dignidade e integridade da pessoa

humana por parte de qualquer colaborador da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Os colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos devem promover a todo o tempo os direitos humanos e liberdades fundamentais e garantir o respeito pela igualdade de tratamento.

Diligência e eficiência

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará de forma a conquistar, manter e reforçar a confiança do público, pugnando pela afirmação de uma posição institucional de rigor e de qualidade. A Fundação Francisco Manuel dos Santos manterá uma organização e funcionamento eficientes, assegurando a gestão e utilização dos seus recursos segundo métodos e procedimentos de investimento prudentes e sustentáveis.

Os colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos devem cumprir com zelo e eficiência as funções profissionais que lhes sejam atribuídas e os deveres que lhes sejam impostos pela Fundação, bem como ser coerentes, no seu comportamento, com os princípios orientadores da actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

No relacionamento com o público, os colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos deverão demonstrar disponibilidade, eficiência, correcção e cortesia, procurando assegurar que, na medida do possível, o público obtenha as informações que solicita de forma completa, rigorosa e eficiente em tempo

útil, e fomentando, sempre que possível, a agilização de processos.

Os colaboradores deverão assegurar o cumprimento de todos os contratos estabelecidos pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, respeitando os prazos acordados e garantindo que os serviços prestados apresentam a qualidade que deve estar sempre presente nas acções promovidas pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Os colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos deverão ainda assumir um comportamento de lealdade para com a Fundação, empenhando-se em salvaguardar a sua imagem e reforçar o seu prestígio.

Transparência

Consciente de que a transparência e idoneidade da Fundação Francisco Manuel dos Santos, assim como a sua credibilidade e confiança junto da sociedade civil, constituem condições essenciais para o pleno cumprimento da sua missão, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a actuar de modo transparente na prossecução dos seus fins e desenvolvimento das suas actividades, e a adoptar práticas exigentes de prestação de contas.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos e a apresentar informação correcta, rigorosa, completa e objectiva sobre os seus resultados.

No site da Fundação Francisco Manuel dos Santos (www.ffms.pt) é disponibilizado, de forma clara e transparente, um avultado volume de informação institucional e relacionada com as actividades realizadas.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos dará ainda a conhecer os seus Relatórios de Actividades e Contas, na sequência das auditorias realizadas por uma entidade externa, nos termos da legislação aplicável.

Monitorização e avaliação

A Fundação Francisco Manuel dos Santos assegurará mecanismos de monitorização adequada e avaliação regular dos resultados das suas actividades e programas, bem como do cumprimento e implementação dos princípios de boas práticas constantes do presente Código.

Responsabilidade social

A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a actuar de modo a respeitar o ambiente, natural e social, e promover o seu desenvolvimento sustentável. A Fundação Francisco Manuel dos Santos adoptará, na medida do possível, comportamentos de protecção ambiental, de respeito pela ética do trabalho e pela defesa do meio ambiente, procurando minimizar o impacto ambiental das suas actividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos assegurará a todo o tempo boas condições de trabalho e os níveis de segurança necessários à protecção da saúde e bem-estar dos seus Colaboradores.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a procurar sensibilizar e consciencializar os seus colaboradores para a adopção de comportamentos ambientalmente responsáveis, e, bem assim, para a necessidade de observar e cumprir as leis, regras e regulamentos existentes em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Relação com as autoridades, instituições e comunidade local

As relações com quaisquer autoridades devem reger-se pela transparência, rigor e colaboração aberta e sem preconceitos.

Os contactos, formais ou informais, com representantes de outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, deverão reflectir a todo o momento as orientações e as posições da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Participação Política

Os membros dos órgãos sociais e colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos podem livremente exercer todos os seus direitos cívicos, mediante a participação em actividades políticas ou de outra natureza a título individual; porém, o seu exercício não deverá interferir com o trabalho que desempenham na Fundação Francisco Manuel dos Santos, nem deverão as suas acções ser atribuídas e/ou associadas à Fundação.

Os membros dos órgãos da Fundação que exerçam funções governamentais ou equiparadas suspendem as suas funções na FFMS.

Do mesmo modo, está vedado aos membros dos órgãos sociais e colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos a utilização de recursos da Fundação para fins pessoais, relativos ao exercício de direitos cívicos ou não.

De modo a acautelar-se o carácter de independência da Fundação Francisco Manuel dos Santos, não serão acolhidas nem apoiadas acções político-partidárias consubstanciadas em campanhas eleitorais ou quaisquer outras acções de promoção de candidatos ou partidos políticos, havendo, todavia, respeito pelas posições que cada membro dos órgãos sociais e colaboradores tomem publicamente a título pessoal.

B – Conflitos de Interesses

Os membros dos órgãos sociais e colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos deverão evitar qualquer situação susceptível de originar, directamente ou indirectamente, conflitos de interesses.

Existe conflito de interesses actual ou potencial sempre que os colaboradores tenham um interesse pessoal ou privado em determinada matéria que possa influenciar, ou aparentar influenciar, o desempenho imparcial e objectivo das suas funções profissionais.

Por interesse pessoal ou privado, entende-se qualquer potencial vantagem

para o próprio, para os seus familiares e afins ou para empresa em que estes tenham interesses ou instituições a que pertençam.

Todas as situações que surjam no decorrer da actividade profissional dos colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos e que possam eventualmente originar situações de conflito de interesses deverão, uma vez identificadas, ser imediatamente reportadas ao Conselho de Administração.

C – Administração e Gestão Financeira

Administração

A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a ser administrada por um órgão de administração autónomo, identificável e independente – do qual faz parte uma comissão executiva –, cujos membros e respectivo presidente são nomeados pelo Conselho de Fundadores, de acordo com princípios e procedimentos previamente estabelecidos.

Os membros do Conselho de Administração devem ser os principais exemplos da concretização dos presentes princípios e deverão orientar a sua conduta pelos interesses centrais da instituição e nunca pelos seus interesses pessoais ou motivados por objectivos de benefício próprio.

Os membros do Conselho de Fundadores devem velar pelo cumprimento dos estatutos da Fundação e pelo respeito da vontade da Fundadora.

Os mandatos dos membros dos órgãos sociais da Fundação Francisco Manuel dos Santos não poderão ser vitalícios, excepto no que diz respeito ao presidente do Conselho de Fundadores, se criado com essa expressa natureza.

Não haverá sobreposição de competências entre os órgãos da Fundação Francisco Manuel dos Santos, não podendo os membros dos órgãos sociais da Fundação exercer, simultaneamente, mais do que um cargo, salvo disposição em contrário dos Estatutos da Fundação.

Gestão Financeira

É promovida uma organização e um funcionamento eficiente, que assegure desde logo uma gestão e utilização criteriosa e sustentável dos recursos que são alocados à Fundação Francisco Manuel dos Santos, nomeadamente pela Fundadora, mediante procedimentos e métodos de investimento sensatos e prudentes.

O Conselho de Administração seguirá uma política de só efectuar aplicações seguras, sem risco ou de muito reduzido risco. Igualmente prosseguirá com determinação a intenção de cativar os fundos afectos a projectos por toda a sua duração.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos e todos os seus órgãos comprometem-se a não contribuir para criar custos administrativos que

prejudiquem ou obriguem a terminar projectos e programas criados em prol da comunidade, devido ao montante excessivo que comportam e que coloquem em causa a própria existência da Fundação.

D – Divulgação do Código de Boas Práticas

A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a divulgar o presente Código junto dos seus Colaboradores e, ainda, a disponibilizar uma versão do presente Código, integral ou parcial, no *site* da Fundação (www.ffms.pt).

Com vista ao estrito cumprimento dos princípios ora elencados, os Colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos podem e devem solicitar esclarecimentos e orientações ao Conselho de Administração sempre que surja uma situação prática que ameace a observância rigorosa deste Código.

Existe uma cultura europeia?

“Que a guerra caracteriza certamente a identidade europeia é um facto; que caracteriza a identidade cultural europeia é talvez mais discutível porque a verdade é que o pensamento europeu foi sempre debruçando-se sobre as condições de criação da paz.”

Vasco Graça Moura, 10.12.2013

Lançamento na Fundação

Arpad Szenes – Vieira da Silva

Vídeo disponível em

www.ffms.pt





Anexo 7

Declaração de Utilidade Pública de 2010

Ratificação de 2013



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado n.º 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodata, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

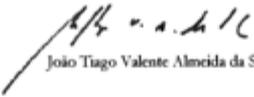
Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros


João Tiago Valente Almeida da Silveira

Despacho n.º 3294/2013

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, pessoa coletiva privada n.º 508867380, com sede na Rua Tierno Galvan, freguesia de Santa Isabel, concelho e distrito de Lisboa, foi instituída por escritura pública de 12 de Fevereiro de 2009 e reconhecida por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 5 de junho de 2009.

Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 12 de março de 2010, publicado no Diário de República, 2.ª série, n.º 57, de 23 de março de 2010, obteve a declaração de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro.

Para cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, veio pedir a confirmação do estatuto de utilidade pública.

Assim, conforme exposto na informação dos serviços DAJD/76/2013 do processo administrativo n.º 53/VER/2012 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 10503/2012, de 31 de julho de 2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 151, de 6 de agosto de 2012, confirmo o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, o qual passa a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

29 de janeiro de 2013. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*
3072013

Anexo 8

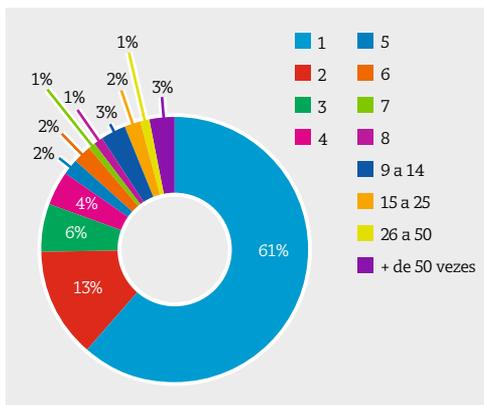
A PORDATA em números, 2013

Durante o ano de 2013, o número de páginas visitadas na PORDATA ultrapassou em alguns milhares a barreira dos 6 milhões de visualizações. Este número corresponde a um total de quase 900 mil visitas.

Os *downloads* da aplicação PORDATA para *smartphones* e *tablets* já ultrapassaram os 30 000 registos, continuando a aumentar os fãs nas redes sociais, sendo já cerca de 20 000.

Durante o ano de 2013, além da presença diária nos meios de comunicação social, manteve-se a parceria com o jornal diário *Metro*, divulgando dados sobre os mais diversos temas da sociedade portuguesa.

Fidelização na consulta à PORDATA [% de utilizadores por número de visitas] - ano 2013



Fonte: Google Analytics

Estatísticas PORDATA: Quadro Resumo 2013

N.º de páginas visitadas	6.260.165
Número de visitas	894.522
Tempo médio de visita	00:06:30
N.º médio de páginas visitadas	7,00
Novas visitas em %	60,84 %
Redes Sociais	
Número de fãs (<i>Facebook</i>)	14.743
Número de seguidores (<i>Twitter</i>)	4.691
Aplicações	
<i>iPhone + Android</i>	30.731

Anexo 9

PORDATA: Acções de formação

Concelhos abrangidos: 132

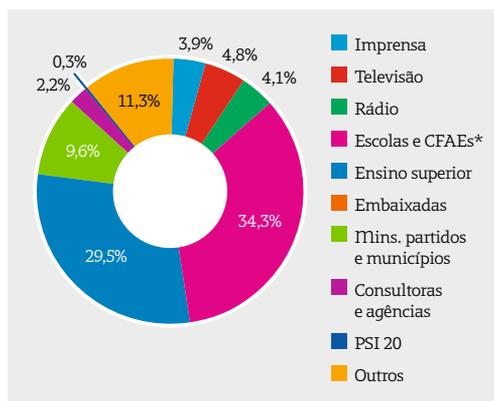
Distritos: Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Porto, Aveiro, Bragança, Guarda, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Portalegre, Lisboa, Setúbal, Évora, Beja, Faro

Evolução de formandos, desde o início do programa:

	Formandos	Formações
2010	1.085	68
2011	3.352	164
2012	3.644	136
2013	6.308	315
Total	14.389	683

Formandos por tipo de actividade, em % do total

[acumulado 2010 a 2013]



(*) Centros de Formação de Associações de Escolas

Anexo 10

Portal de Direitos e Deveres do Cidadão

Responsáveis

Coordenador geral: *Nuno Coelho*

Assessor de coordenação: *Luís Faria*

Revisor: *Nuno Quinta*

Equipas temáticas:

Direito do Trabalho: *Luís Azevedo Mendes e Paulo Morgado Carvalho*

Direito Constitucional: *Paula Lobato Faria, Rita Fonseca Marques e Natália Meirinhos*

Direito Civil: *José Igreja Matos e Alessandra Silveira*

Direito Penal: *Pedro Caeiro e Miguel João de Almeida Costa*

Consultora científica: *Mariana França Gouveia*

Consultores: *António Araújo e Gonçalo Matias*

Produtoras: *Filipa Dias, Maria Ferreira e Rui Pimentel*

Temas:

Constituição, política e sociedade

Estado e Administração Pública

Vida pessoal e familiar

Vida laboral

Economia, negócios e consumidores

Saúde, segurança social e solidariedade

Educação, media, ciência e tecnologia

Cultura, ambiente e desporto

Conhecer e garantir os direitos e deveres

Anexo 11

Bibliografias e Cronologias: Estrutura e Responsáveis

Temas para as Bibliografias

1. História de Portugal, século xx.
2. População e demografia (incluindo migrações)
3. Política portuguesa (incluindo relações externas)
4. Economia (incluindo empresas, comércio externo)
5. Educação
6. A questão social
7. Saúde
8. Justiça
9. Cultura
10. Ciência
11. O Território, o Estado e a Administração Pública

Temas para as Cronologias

1. Política
2. Economia
3. Sociedade
4. Cultura
5. Contexto Internacional

Autores

Paulo Silveira e Sousa (coord.)

António Jorge Ramalho

Octávio Gameiro

Anexo 12

Livros publicados em 2013

Ensaaios da Fundação

O Trabalho, Uma Visão de Mercado,

Mário Centeno

O Futuro do Estado Social,

Filipe Carreira da Silva

Pela Sua Saúde, *Pedro Pita Barros*

Liberdade de Expressão,

Francisco Teixeira da Mota

Sobre a Morte e o Morrer, *Walter Osswald*

A Sexualidade, *Sofia Aboim*

Os Investimentos Públicos em Portugal,

Alfredo Marvão Pereira

Parcerias Público-Privadas,

Joaquim Miranda Sarmento

Portugal e a Europa: os Números,

Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas

Identidade Cultural Europeia,

Vasco Graça Moura

Estudos da Fundação

Escolas para o século XXI,

Alexandre Homem Cristo

25 anos de Portugal europeu,

Augusto Mateus (coord.)

O Cadastro e a Propriedade rústica

em Portugal, *Rodrigo Sarmento de Beires*

Processos de envelhecimento: implicações

sociais, *Manuel Villaverde Cabral* (coord.)

Que ciência se aprende na escola,

Margarida Afonso (coord.)

Informação e saúde, *Rita Espanha*

Literatura e ensino do português,

José Augusto Cardoso Bernardes

e *Rui Afonso Mateus*

Conferências Questões-Chave de Educação

Indisciplina na escola, *Dorothy Espelage*
e *João Lopes*

Ensino Profissional, *Christopher Winch*
e *Paula Paixão*

Outros livros

Os Portugueses em 2030, *Maria João*
Valente Rosa (coord.)

Portugal e a Europa: novas cidadanias,
Marina Costa Lobo (coord.)

Alfabetizar em Democracia, *José Morais*

Inovação em Portugal, *Manuel Mira*
Godinho

Anexo 13

Ensaaios publicados desde o início da coleção, autores e vendas

Colecção Ensaaios da Fundação

Desde o início da coleção, em Junho de 2010, foram publicados, até Dezembro de 2013, 40 volumes da coleção Ensaaios da Fundação.

O Ensino do Português,

Maria do Carmo Vieira

Economia Portuguesa: As Últimas

Décadas, *Luciano Amaral*

Portugal: os Números, *Maria João Valente*

Rosa e Paulo Chitas

Justiça Fiscal, *J. L. Saldanha Sanches*

Difícil é Educá-los, *David Justino*

Autoridade, *Miguel Morgado*

Propriedade Privada: Entre o Privilégio

e a Liberdade, *Miguel Nogueira de Brito*

Filosofia em Directo, *Desidério Murcho*

Segurança Social: O Futuro Hipotecado,

Fernando Ribeiro Mendes

A Ciência em Portugal, *Carlos Fiolhais*

Economia, Moral e Política, *Vítor Bento*

Discriminação da Terceira Idade,

Sibila Marques

Corrupção, *Luís de Sousa*

Portugal e o Mar, *Tiago Pitta e Cunha*

Sondagens, Eleições e Opinião Pública,

Pedro Magalhães

A Televisão e o Serviço Público,

Eduardo Cintra Torres

Os Atrasos da Justiça, *Conceição Gomes*

A Morte, *Maria Filomena Mónica*

Investimentos Públicos e PPP: amigos ou inimigos?

“Pessoalmente, gostaria que fosse possível fazer uma reforma da administração pública assente em dois pilares: primeiro, pela aplicação de regras laborais semelhantes às do sector privado, nomeadamente em termos de progressão na carreira, avaliação e rescisões. Segundo, pela separação mais efectiva possível entre o universo da política e da administração pública, à semelhança do que acontece em países como o Reino Unido, onde os funcionários estão impedidos de fazer parte de partidos políticos.”

Filipe Alves, 27.11.2013

Debate *online* [Investimentos públicos e PPPs: amigos ou inimigos?](#), www.ffms.pt





Ensaio Respublicano, *Fernando Catroga*
O Governo da Justiça, *Nuno Garoupa*
Liberdade e Informação, *José Manuel Fernandes*
A Nova Medicina, *João Lobo Antunes*
A Classe Média: Ascensão e Declínio,
Elísio Estanque
Portugal: Dívida Pública e o Déficit Democrático, *Paulo Trigo Pereira*
Forças Armadas em Portugal, *J. Loureiro dos Santos*
O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa, *Maria João Valente Rosa*
Matemática em Portugal, Uma Questão de Educação, *Jorge Buescu*
O Ensino da História, *Gabriel Mithá Ribeiro*
Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional, *José Manuel Sobral*
A Crise, a Família e a Crise da Família,
Mónica Leal da Silva

O Trabalho, Uma Visão de Mercado,
Mário Centeno
O Futuro do Estado Social, *Filipe Carreira da Silva*
Pela Sua Saúde, *Pedro Pita Barros*
Liberdade de Expressão, *Francisco Teixeira da Mota*
Sobre a Morte e o Morrer, *Walter Osswald*
A Sexualidade dos Portugueses,
Sofia Aboim
Os Investimentos Públicos em Portugal,
Alfredo Marvão Pereira
Parcerias Público-Privadas,
Joaquim Sarmento
Portugal e a Europa: os Números,
Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas
A Identidade Cultural Europeia,
Vasco Graça Moura

Ensaaios da Fundação – Vendas acumuladas 2010 a 2013

n.º	Título	Data de lançamento	Total
1	Ensino do Português	Junho 10	36.138
2	Economia Portuguesa	Junho 10	24.324
3	Portugal: Os Números	Junho 10	22.754
4	Justiça Fiscal	Setembro 10	30.729
5	Difícil é educá-los	Outubro 10	18.842
6	Autoridade	Outubro 10	9.355
7	Propriedade Privada: Entre o Privilégio e a Liberdade	Outubro 10	8.692
8	Filosofia em Directo	Janeiro 11	22.140
9	Segurança Social	Janeiro 11	10.020
10	A Ciência em Portugal	Janeiro 11	8.021
11	Economia, Moral e Política	Abril 11	27.600
12	Discriminação da Terceira Idade	Abril 11	6.991
13	Corrupção	Abril 11	11.323
14	Portugal e o Mar	Abril 11	10.718
15	Sondagens, Eleições e Opinião Pública	Maió 11	5.649
16	A Televisão e o Serviço Público	Julho 11	4.018
17	Os Atrasos da Justiça	Julho 11	4.788
18	A Morte	Julho 11	16.513
19	Ensaio Respublicano	Setembro 11	4.590
20	O Governo da Justiça	Setembro 11	4.322
21	Liberdade e Informação	Setembro 11	5.325
22	A Nova Medicina	Janeiro 12	7.722
23	Classe Média: Ascensão e Declínio	Janeiro 12	7.150
24	Portugal: Dívida Pública e o Défice Democrático	Janeiro 12	10.363
25	Forças Armadas em Portugal	Maió 12	4.837
26	O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa	Maió 12	5.109
27	Matemática em Portugal, Uma Questão de Educação	Maió 12	4.373
28	O Ensino da História	Outubro 12	2.414
29	Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional	Outubro 12	4.740
30	A Crise, a Família e a Crise da Família	Outubro 12	3.599
31	O Trabalho, Uma Visão de Mercado	Janeiro 13	3.111
32	O Futuro do Estado Social	Janeiro 13	4.579
33	Pela Sua Saúde	Janeiro 13	4.020
34	Liberdade de Expressão	Maió 13	2.381
35	Sobre a Morte e o Morrer	Maió 13	2.027
36	A Sexualidade	Maió 13	2.015
37	Os Investimentos Públicos em Portugal	Outubro 13	1.958
38	Parcerias Público-Privadas	Outubro 13	2.606
39	Portugal e a Europa: os Números	Outubro 13	2.137
40	Identidade Cultural Europeia	Dezembro 13	1.386
		Total	369.379

Anexo 14

XXI, Ter Opinião

Corpo editorial e colaboradores

Editor

António Barreto

Director

José Manuel Fernandes

Conselho editorial

Alexandre Quintanilha

André Azevedo Alves

António Araújo

António José Teixeira

Francisco José Viegas

Gonçalo Vieira

Joana Mateus

Jorge Portugal

Maria João Valente Rosa

Miguel Morgado

Paulo Guinote

Pedro Pita Barros

Pedro Santos Guerreiro

Produtoras

Filipa Dias

Margarida Vaqueiro Lopes

Susana Norton

Direcção de arte

Jorge Silva

Anexo 15

Projectos iniciados e em curso, 2009 a 2013

Projectos permanentes

Bases de Dados	
PORTATA: Base de Dados Portugal Contemporâneo Portugal, Europa, Regiões e municípios portugueses	Maria João Valente Rosa
Global Data, Base de Dados da Globalização	Miguel Poiares Maduro* Maria João Valente Rosa Gaby Umbach
POP, Portal da Opinião Pública	Pedro Magalhães Alice Ramos e Cícero Pereira
Portal Conhecer a Crise	Filipa Dias Alice Ramos
Portal do Cidadão: Direitos e Deveres	Mariana França Gouveia Nuno Coelho
Bibliografias sobre Portugal Contemporâneo	Paulo Silveira e Sousa
Cronologia de Portugal Contemporâneo: 1960/2010	Paulo Silveira e Sousa

Publicações	
Ensaio da Fundação	António Araújo
Estudos e cadernos	António Araújo
Retratos	António Araújo
XXI, Ter Opinião	José Manuel Fernandes

*Até Abril de 2013

Áreas, Estudos, Programas e Projectos

Saúde

(José Mendes Ribeiro)

Custos e preços na saúde	Carlos Costa
Mortalidade infantil em Portugal: evolução e causas do decréscimo	Xavier Barreto J. P. Correia
Documentário sobre a Mortalidade Infantil	Xavier Barreto J. P. Correia Joana Pontes
Informação e Saúde	Rita Espanha

População e Demografia

(*Maria João Valente Rosa*)

Fecundidade e Natalidade	<i>Maria João Valente Rosa e INE</i>
Dinâmicas demográficas e envelhecimento	<i>Manuel Villaverde Cabral Mário Leston Bandeira</i>
Processos de envelhecimento: Implicações sociais	<i>Manuel Villaverde Cabral Pedro Moura Ferreira</i>

A Questão Social

(*José Tavares*)

As desigualdades económicas em Portugal	<i>Carlos Farinha Rodrigues</i>
---	---------------------------------

Educação

(*Carlos Fiolhais*)

Questões-chave da Educação	<i>Carlos Fiolhais</i>
Manuais escolares de língua portuguesa	<i>Isabel Leite</i>
A exigência conceptual no ensino das ciências	<i>Maria Margarida Carvalho</i>
A Matemática no ensino básico e secundário	<i>António Bivar</i>
Crenças dos professores de leitura no ensino básico	<i>João Lopes, Luisa Araújo, Louise Spear, Gabriela Velasquez e Leandro Almeida</i>
A Sala de Aula; Diários da Sala de Aula	<i>Maria Filomena Mónica</i>
As Escolas do Século XXI	<i>Alexandre Homem Cristo</i>
A carga horária na escolaridade obrigatória	<i>Isabel Festas</i>
Exames na União Europeia, nos EUA e em Singapura	Convite dirigido a um conjunto restrito de instituições
Literatura e Ensino do Português	<i>José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus</i>

Valores Sociais, Atitudes e Comportamentos

(*José Tavares, Pedro Magalhães e José Pena do Amaral*)

Valores culturais, desenvolvimento económico e a qualidade da democracia	<i>Alejandro Portes Margarida Marques</i>
Valores e atitudes face à mudança; para um novo modelo de desenvolvimento económico. A visão dos autarcas, dos empresários e da população	<i>João Ferrão</i>

Justiça e Direito

(Nuno Garoupa)

Avaliação de impacto legislativo: leis da droga e das propinas	Ricardo Gonçalves
Avaliação legislativa: o estado da arte na Europa	Marta Tavares de Almeida João Caupers Pierre Guibentif
A Justiça Económica em Portugal	Nuno Garoupa Mariana Gouveia Pedro Magalhães Jorge Morais Carvalho
e-book: A revisão constitucional	Nuno Garoupa Pedro Magalhães José Tavares Miguel Poiares Maduro*
A congestão judiciária na Europa	Nuno Garoupa Sofia Pires de Lima
O Segredo de Justiça	Fernando Gascón
O Ministério Público nos países da Europa	Jose Martin Pastor
A Formação dos Juízes nos países da Europa	Carlos Gomez Liguerra

*Até Abril de 2013

Desenvolvimento

(Miguel Poiares Maduro* e José Tavares)

Participação de Portugal nas decisões europeias	Richard Rose Alexander Trechsel
Contributo dos fundos comunitários para o desenvolvimento em Portugal	Augusto Mateus
Efeitos económicos dos investimentos públicos em infra-estruturas	Alfredo Marvão Pereira
O Cadastro em Portugal	Rodrigo Sarmiento Beires

*Até Abril de 2013

Ciência

(Carlos Fiolhais)

Cientistas portugueses no estrangeiro: Base de Dados e plataforma de contacto	Carlos Fiolhais
Inovação em Portugal	Mira Godinho
Ciência em Portugal: métricas e impacto	Armando Vieira

Anexo 16

Projectos terminados em 2013

POP, Portal da Opinião Pública
Custos e Preços na Saúde
Mortalidade Infantil em Portugal:
 Evolução e Causas do Decréscimo
Informação e Saúde
Inquérito à Fecundidade
Dinâmicas Demográficas
 e Envelhecimento
Processos de Envelhecimento:
 Implicações Sociais
A Exigência Conceptual no Ensino
 das Ciências
Crenças dos Professores de Leitura
 no Ensino Básico
A Sala de Aula
As Escolas do Século XXI
A carga horária na escolaridade obrigatória
Literatura e Ensino do Português
Avaliação legislativa: uma perspectiva
 comparada
A Justiça Económica em Portugal
O Ministério Público nos países da Europa
Segredo de Justiça
A Formação dos Juizes nos países da Europa
25 anos de Portugal Europeu
O Cadastro em Portugal
Inovação em Portugal
Ciência em Portugal: métricas e impacto

Anexo 17

Justiça económica em Portugal: Colaboradores e volumes publicados

Colaboradores

Coordenadores Científicos: *Nuno Garoupa*
Mariana França Gouveia, Pedro Magalhães
Director executivo: *Jorge Morais Carvalho*
Equipa: *Alexander Elhert, João Cristóvão,*
João Pedro Pinto-Ferreira, Lucinda
Dias da Silva, Patrícia Guerra, Sónia
Félix, Susana Santos, Sofia Pires de
Lima, Tânia Flores e Vera Eiró
Gestão do projecto: *Maria Carlos*
Ferreira e Pedro Madeira Rodrigues

Volumes publicados

Volumes

Justiça Económica em Portugal:
 O Sistema Judiciário
Justiça Económica em Portugal:
 Factos e Números
Justiça Económica em Portugal:
 Síntese e Propostas

Cadernos

Novo Modelo Processual
Gestão processual e Oralidade
Prova
Citação
Resolução Alternativa de Litígios
Acção executiva e Recuperação do IVA

Anexo 18

Conselho da FFMS para a Educação

Composição

Coordenador: *Carlos Fiolhais*

Assessora: *Mónica Vieira*

Membros: *Ana Maria Morais*, Universidade de Lisboa; *Carlos Grosso*, Escola Superior de Educação João de Deus; *Graça Ventura*, professora do Ensino Secundário; *José Morais*, Universidade Livre de Bruxelas; *Helena Damião*, Universidade de Coimbra; *Paulo Guinote*, professor do Ensino Básico; *Pedro Carneiro*, Universidade de Londres; *Pedro Teixeira*, Universidade do Porto

Anexo 19

Questões-Chave de Educação – Temas das conferências e autores

Conferências 2010:

O valor de educar, o valor de instruir

Fernando Savater, Ricardo Moreno Castillo, Nuno Crato e Helena Damião

Fazer contas ajuda a pensar?

Michel Fayol, Andrei Toom, António Bivar, Carlos Santos e Luís M. Aires

Como se aprende a ler?

Roger Beard, Linda Siegel, Isabel Leite e Ana Bragança

Conferências 2011:

Em causa: aprender a aprender

Lynne M. Reder, John R. Anderson, Herbert A. Simon, Paula Carneiro e Pedro B. Albuquerque

O valor do ensino experimental

David Klahr, Margarida Afonso, Dolores Alveirinho, Vanda Alves, Sílvia Calado, Sílvia Ferreira, Preciosa Silva e Helena Tomás

Aprender uma segunda língua

Carmen Muñoz, Luísa Araújo e Carlos Ceia

Emigração ou Exportação?





“Creio que no caso da emigração também se têm oposto duas narrativas pouco apelativas, ambas contendo qualquer coisa de verdade: a de que a emigração é um grande perigo e a de que é uma grande oportunidade.”

Ary Ferreira da Cunha, 03.04.2013

Debate online [Emigração ou Exportação?](http://www.ffms.pt), www.ffms.pt

Conferências 2012:

A avaliação dos alunos

*Jeffrey Karpicke, Hélder Diniz de Sousa
e Leandro S. Almeida*

As novas escolas

*Margaret E. Raymond, Simon J. Steen
e Alexandre Homem Cristo*

As novas tecnologias

*Jeroen van Merriënboer, Secundino Correia
e João Paiva*

Conferências 2013:

A Indisciplina na escola

Dorothy Espelage e João Lopes

O Ensino Profissional

Cristopher Winch e Paula Paixão

Todas as conferências tiveram uma publicação com o título da respectiva conferência.

Anexo 20

Conselho da FFMS para a Ciência e Inovação

Composição

Coordenador: *Carlos Fiolhais*

Assessora: *Mónica Vieira*

Membros: *Carlos Gerales*, Universidade de Coimbra; *Catarina Resende de Oliveira*, Universidade de Coimbra; *Elvira Fortunato*, Universidade Nova de Lisboa; *Irene Fonseca*, Universidade de Carnegie Mellon; *José Ferreira Gomes*, Universidade do Porto (mandato suspenso por ter iniciado funções governativas); *Manuel Paiva*, Universidade Livre de Bruxelas; *Maria Mota*, Universidade de Lisboa; *Maria de Sousa*, Universidade do Porto; *Nuno Ferrand de Almeida*, Universidade do Porto; *Onésimo Teotónio de Almeida*, Universidade de Brown; *Pedro Guedes Oliveira*, Universidade do Porto; *Rosa Figueiredo Pérez*, Universidade de Lisboa

Anexo 21

Ciclos de Debates

Ciclo de Debates “Pensar Portugal”, em parceria com o El Corte Inglés

O Trabalho, uma visão de mercado

Mário Centeno e David Justino

Pela sua saúde

Pedro Pita Barros e Diogo Lucena

Alterações Globais

Filipe Duarte Santos e Gil Penha Lopes

Liberdade de Expressão nos Tribunais

Francisco Teixeira da Mota e Pedro Tadeu

Portugal e a Europa: os números

Maria João Valente Rosa, Paulo Chitas e Eduardo Sá

Sexualidade em Portugal

Sofia Aboim e Francisco Allan Gomes

Todos os debates foram moderados por António Araújo

Ciclo de Debates “XXI, ter opinião”, em parceria com a FNAC

Saúde e trabalho: direitos com futuro

Pedro Pita Barros e Mário Centeno

A economia portuguesa, depois da década perdida

André Azevedo Alves e Miguel Gouveia

Praga’57 – as fotografias do Gérard Castello-Lopes, uma conversa com Jorge Calado (contou com a presença de Danièle Castello-Lopes).

Todos os debates foram moderados por José Manuel Fernandes

Debates online na ffms.pt

2030 é inimaginável?

Convidados: Luís Afonso, Pedro Mexia, Ricardo Rodrigues, Teolinda Gersão

E se o trabalho não for um direito mas uma mercadoria?

Convidados: João Jesus Caetano, Mário Centeno, Ricardo Gonçalves Francisco

Como tratar a saúde dos portugueses?

Convidados: Adalberto Campos Fernandes, Ana Matos Pires, Ana Paula Martins, Pedro Pita Barros, Ricardo Pimenta-Araújo

Quem ouve a voz pop?

Convidados: André Freire, Dinis Pestana, José Sobral, Luís Pedro Nunes, Pedro Magalhães

Emigração ou Exportação?

Convidados: Ary Ferreira da Cunha, Cristóvão Fonseca, Hugo Menino Aguiar, Jorge Macaísta Malheiros, Pedro Góis, Roberto Carneiro

Aprender é preciso. E avaliar, não é preciso?

Convidados: Carlos Fiolhais, Carlos Grosso, Graça Ventura, Hélder Diniz de Sousa, Maria Helena Damião

No futuro, como será o livro?

Convidados: Bruno Amaral, Carlos Vaz Marques, José Mário Silva, Maria João Nogueira, Paulo Querido

A Europa trouxe progresso?

Convidados: Ary Ferreira da Cunha, Luciano Amaral, Pedro Pita Barros

Que democracia queremos para a Europa?

Convidados: Abel Campos, António Martins da Silva

A Europa é melhor em quê?

Convidados: *Hugo Veiga, Raquel Mendes de Almeida, Rodrigo Cunha*

Onde acaba a indisciplina e começa a violência?

Convidados: *Gabriel Mithá Ribeiro, Mónica Leal da Silva, Sónia Morais Santos*

Europa e EUA: “it’s complicated”, não é?

Convidados: *Alexandre Soares, Vanessa Borges*

Ensino Profissional: melhor integração no mercado de trabalho ou uma alternativa para alunos mais fracos?

Convidados: *António Bispo, Cristiano Pinheiro, Joaquim Azevedo, Ricardo Pereira Rodrigues*

Investimentos públicos e PPP: amigos ou inimigos?

Convidados: *Filipe Alves, João Francisco Cruz Pereira Sá, Joaquim Miranda Sarmento, Rui Cunha Marques*

Todos os debates foram moderados por *Vasco Barreto*.

Anexo 22

Encontro Presente no Futuro

Actividades decorrentes do Encontro “Os Portugueses em 2030”

- Livro “Os Portugueses em 2030”
 - Lançado em Fevereiro.
- Vídeo infográfico “Os países podem morrer de velhos?”, baseado no estudo “Projeções para 2030” de *Maria João Valente Rosa* e *Maria Filomena Mendes*.
- Debates municipais sobre o futuro da população:
 - Porto (Fevereiro): “**Que futuro para as nossas profissões?**”, *Graça Martins, Irma Magalhães, Mariana Branquinho da Fonseca*, e moderação de *Manuel Carvalho*.
 - Leiria (Março): “**Portugal pode morrer de velho?**”, *Helena Vasconcelos, Hugo Menino Aguiar, João Miguel Tavares* e moderação de *José Manuel Silva*.
 - Coimbra (Abril): “**Emigrar vai fazer parte do CV?**”, *Helena Freitas, Jorge Macaísta Malheiros, Diogo da Cruz Rodrigues* e moderação de *Carlos Vaz Marques*.
 - Coimbra (Abril): “**Vamos ser todos doutores e engenheiros?**”, *Amândio Pereira, Carlos Fiolhais, Nelson Coelho* e moderação de *Carlos Vaz Marques*.
 - Évora (Maio): “**O interior está em risco de desaparecer?**”, *Alexandre Kroner, Gonçalo Ribeiro Telles, Maria Filomena*

Mendes, Rui Horta e moderação de *Fernanda Freitas*.

- Funchal (Junho): “**Portugal pode morrer de velho?**”, *Natasha Marjanovic*, *Pedro Telhado Pereira*, *Nuno Faria* e moderação de *Virgílio Nóbrega*.

Nota: Todos estes debates contaram com uma apresentação plenária de *Maria João Valente Rosa*, a que se juntou, em Coimbra e Funchal, *António Barreto*.

Encontro “Portugal europeu. E Agora?”

Responsáveis e organizadores

Comissão Científica

Comissária: *Marina Costa Lobo*

José Pena do Amaral

José Tavares

Comissão Executiva

FFMS: *José Soares dos Santos*, *Teresa Mourão-Ferreira*, *Filipa Dias*, *Susana Norton*, *Rui Pimentel* e *Margarida Vaqueiro Lopes*

Multilem: *Pedro Castro*, *João Amado* e *Marta Roquete*

Accenture: *João Galamba*, *Luís Pedro Duarte* e *João Câmara Borges*

View: *João Fernandes*

O Escritório: *Graça Martins*, *Nuno Jerónimo*, *Tiago Canas Mendes* e *Rita Lage*

Lift: *Marta Marreiros*

TVI: *José Alberto Carvalho*

Participantes

Oradores nacionais:

Adriano Moreira; *Alexandre Soares dos Santos*; *Alice Ramos*; *Ana Gomes*; *Ana Paula Dourado*; *Ana Sofia Fonseca*; *Ângela Barreto Xavier*; *António Barreto*; *António Vitorino*; *Ary Ferreira da Cunha*; *Augusto Mateus*; *Bárbara Coutinho*; *Cândida Pinto*; *Carlos Coelho*; *Carlos Farinha Rodrigues*; *Carlos Fiolhais*; *Carlos Gaspar*; *Carlos Grosso*; *Catherine Moury*; *Cícero Pereira*; *Elizabete Azevedo-Harman*; *Fátima Barros*; *Francisco Duarte Lopes*; *Francisco Seixas da Costa*; *Gabriel Mithá Ribeiro*; *Gonçalo Almeida Ribeiro*; *Gonçalo M. Tavares*; *Hugo Menino Aguiar*; *Joana Amaral Dias*; *Joana Mateus*; *João Ferreira do Amaral*; *João Gomes Cravinho*; *João Marques de Almeida*; *João Miguel Tavares*; *João Pereira Coutinho*; *João Proença*; *João Vale de Almeida*; *José Barreto*; *José Manuel Félix Ribeiro*; *José Manuel Sobral*; *José Pacheco Pereira*; *José Pena do Amaral*; *José Tavares*; *Luciano Amaral*; *Luís Mah*; *Manuel Braga da Cruz*; *Manuel Clemente*; *Manuel Villaverde Cabral*; *Maria João Cocco da Fonseca*; *Maria João Rodrigues*; *Maria João Valente Rosa*; *Marina Costa Lobo*; *Mário Centeno*; *Miguel Monjardino*; *Miguel Morgado*; *Miguel Nogueira de Brito*; *Patrícia Fragoso Martins*; *Paulo Branco*; *Paulo Chitas*; *Paulo Rangel*; *Paulo Trigo Pereira*; *Pedro Magalhães*; *Pedro Mexia*; *Pedro Pita Barros*; *Ricardo Araújo Pereira*; *Ruben Alves*; *Rui Massena*; *Rui Tavares*; *Sérgio Aires*; *Sofia Aboim*; *Teresa Patrício Gouveia*.

Oradores internacionais:

Anand Menon; Aguinaldo Jaime; Antony Beevor; Bronislaw Misztal; Dani Rodrik; Didier Gonzalez; Eduardo Junco; Gelson Fonseca; Guillermo de la Dehesa; Helmut Elfenkämper; Mark Mazower; Mark Thatcher; Reinhard Naumann; Rita Süßmuth; Thorsten Faas; Wolfgang Münchau.

Moderadores:

António Araújo; António Costa Pinto; António José Teixeira; Carlos Vaz Marques; Fernanda Freitas; Filomena Martins; Graça Franco; João Marcelino; José Alberto Carvalho; Luísa Meireles; Maria Flor Pedroso; Pedro Santos Guerreiro; Teresa de Sousa.

Parceiros

Patrocinadores: Santander Totta, Global Notícias.

Parceiros institucionais: Accenture, Câmara Municipal de Lisboa.

Media Partners: TVI, Diário de Notícias, Rádio Comercial, M8o, Smooth FM.

Apoios: Pingo Doce, Recheio, Empark, Fnac, azeite Gallo, gelados Olá, Porto de Lisboa, SGS Car, Volvo.

Apoios à divulgação: Amanhecer, Jeronymo, Hussel, A Padaria Portuguesa.

Organização: Multilem, O Escritório/Maga, Initiative Media, View Isobar, Lift Consulting, Filmbrokers, Take One.

Audiências

1 milhão de pessoas

- 1243 participantes no Liceu Pedro Nunes
- 1 milhão assistiu em directo na TVI e TVI24
- 103.551 visualizações *online* das sessões, em PresentenoFuturo.pt, DN.pt e Sapo.pt
- Mais de 300.000 leram os artigos do *Diário de Notícias*
- 20.000 acompanharam no Facebook e no Twitter

Anexo 23

Protocolos e Parcerias em vigor

Accenture

ACL, Associação Comercial de Lisboa

AMA, Augusto Mateus Associados

Banco Alimentar

Banco de Portugal

CEGEA, Centro de Estudos em
Gestão e Economia Aplicada da
Faculdade de Economia e Gestão
da Universidade Católica

Portuguesa no Porto

CML, Câmara Municipal de Lisboa

Confidencial Imobiliário

Destak

DGAI, Direcção-Geral
da Administração Interna

Diário de Notícias

ENSP da UNL, Escola Nacional de Saúde
Pública da Universidade Nova de Lisboa

Escola Secundária de Camões

FE da UNL, Faculdade de Economia
da Universidade Nova de Lisboa

FNAC

ICS da UL, Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

IE da UL, Instituto de Envelhecimento
da Universidade de Lisboa

IGP, Instituto Geográfico de Portugal

IM, Instituto de Meteorologia

INE, Instituto Nacional de Estatística

Informa D&B

Instituto de Informática, IP

Instituto de Segurança Social, IP
(Centro Nacional de Protecção
contra os Riscos Profissionais)

Instituto Universitário Europeu,
IUE, Florença

ISEG da UTL, Instituto Superior
de Economia e Gestão da
Universidade Técnica de Lisboa

ISEGI da UNL, Instituto Superior de
Estatística e Gestão de Informação
da Universidade Nova de Lisboa

Jerónimo Martins

Media Capital Rádios

Metro (jornal)

Nielsen

Porto Editora

Prodout

RBE, Rede de Bibliotecas Escolares

Rede UNICRE

Relógio d'Água Editores

RTP, Radiotelevisão de Portugal

SIC e SIC Notícias

TVI e TVI 24

Universidade do Algarve, UA

Universidade de Coimbra, UC

Universidade de Lisboa, UL

Universidade do Porto, UP

Universidade de Trás-os-Montes
e Alto Douro, UTAD

View, Isobar

VASP

Anexo 24

Distribuição temática e funcional das despesas

	2010	2011	2012	2013
				[%]
Dotação anual	100,0	100,0	100,0 ¹	100,0 ²
Custos de funcionamento	16,0	21,0	24,4	26,03
Projectos:				
Bases de Dados	5,0	20,0	17,4	12,91
Publicações	6,0	9,5	13,4	6,88
Programa de Educação	3,0	5,3	3,5	0,57
Programa de Justiça	0,5	4,5	1,5	1,17
Programa de Saúde	2,0	2,6	3,0	0,02
Programa de População e demografia	0,5	2,7	2,2	1,12
Programa de Valores e atitudes	0,5	1,3	3,0	3,75
Programa de Questões sociais	1,0	1,8	0,3	3,47
Programa de Questões de desenvolvimento	1,5	2,1	7,4	2,8
Comunicação, promoção e debates	5,0	12,0	54,0	29,22

(1) Os custos totais foram superiores à dotação do ano (5.000.000€), utilizando reservas de anos anteriores.

(2) A dotação deste ano foi de 7.000.000€.

